



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

MATHEUS HENRIQUE CARDOSO DA SILVA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A TRANSEXUALIDADE PARA
UNIVERSITÁRIOS: DA PATOLOGIZAÇÃO À DIVERSIDADE SEXUAL

JOÃO PESSOA

2023

MATHEUS HENRIQUE CARDOSO DA SILVA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A TRANSEXUALIDADE PARA
UNIVERSITÁRIOS: DA PATOLOGIZAÇÃO À DIVERSIDADE SEXUAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba por Matheus Henrique Cardoso da Silva como requisito para a obtenção do título de mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel

JOÃO PESSOA

2023

MATHEUS HENRIQUE CARDOSO DA SILVA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A TRANSEXUALIDADE PARA
UNIVERSITÁRIOS: DA PATOLOGIZAÇÃO À DIVERSIDADE SEXUAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba por Matheus Henrique Cardoso da Silva como requisito para a obtenção do título de mestre em Psicologia Social.

Aprovado em: 15 de maio de 2023.

BANCA AVALIADORA

Documento assinado digitalmente
 SILVANA CARNEIRO MACIEL
Data: 05/07/2023 08:53:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel (Orientadora – UFPB)

Documento assinado digitalmente
 TATIANA DE LUCENA TORRES
Data: 05/07/2023 15:51:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Tatiana de Lucena Torres (Membro interno – UFPB)

Documento assinado digitalmente
 LUDGLEYDSO FERNANDES DE ARAUJO
Data: 05/07/2023 09:08:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ludgleydson Fernandes de Araújo (Membro externo – UFDPAr)

Documento assinado digitalmente
 THAIS DE SOUSA BEZERRA DE MENEZES
Data: 05/07/2023 10:50:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Thaís de Sousa Bezerra de Menezes (Membro externo – FTM)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586r Silva, Matheus Henrique Cardoso da.

Representações sociais sobre a transexualidade para universitários : da patologização à diversidade sexual / Matheus Henrique Cardoso da Silva. - João Pessoa, 2023.

132 f. : il.

Orientação: Silvana Carneiro Maciel.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia social - Gênero. 2. Transexualidade.
3. Representação social. 4. Preconceito. I. Maciel, Silvana Carneiro. II. Título.

UFPB/BC

CDU 316.6:305(043)

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta etapa não seria possível sem o apoio de cada uma das pessoas aqui referidas nesta seção. Por isso, nenhuma palavra seria o bastante para descrever o quanto me sinto feliz por ter em meu caminho pessoas que puderam se fazer presentes nos melhores e nos piores momentos. Assim, carinhosamente agradeço:

À minha mãe, meu porto seguro. Nenhuma das conquistas desta vida teria acontecido sem o seu apoio e cuidado. Desde sempre me incentivando à dedicação aos estudos, lutou, por vezes sozinha, para me garantir as oportunidades das quais recebi ao longo da jornada! Meu mais sincero agradecimento e todo o meu amor são a ela destinados.

À Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel, minha orientadora a quem direciono tamanha admiração. Agradeço pela acolhida desde o 3º período da graduação e por aceitar também me acompanhar durante esta etapa. Agradeço por seus ensinamentos, disponibilidade e paciência!

Às professoras, Dra. Tatiana de Lucena Torres e Dra. Thaís de Sousa Bezerra de Menezes e ao professor Dr. Ludgleydson Fernandes de Araújo pela disponibilidade e atenção, aceitando contribuir com suas colocações neste trabalho. Desde já, meu profundo agradecimento!

A todas e todos os integrantes do Grupo de Pesquisa em Saúde Mental e Dependência Química, que mesmo durante a pandemia, estiveram oferecendo apoio, acolhimento e contribuições para ajudar sempre que necessário.

À Kátia, em especial, pela parceria e companhia de sempre. Sou muito grato por todo o suporte, desde a minha graduação, em todas as esferas possíveis. Sua amizade é especial para mim!

À Camila Dias. Suas contribuições foram cruciais para a concretização desse trabalho, desde o seu início. Serei eternamente grato por toda a sua disposição e carinho.

Às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, que durante a minha formação estiveram compartilhando seus conhecimentos e contribuindo na minha formação.

À Liana, Ericarla e Erika, que durante todo o mestrado, foram mais que colegas de turma, estiveram presentes nas parecias de estudo e no afeto. A companhia de vocês foi importantíssima durante todo esse percurso.

Às minhas amigas queridas e amigos queridos, de perto e de longe, por todo o carinho e pela torcida!

À Aline e Isa. A amizade de vocês é um presente que recebi. Sou grato por compartilhar com vocês as minhas dores e alegrias. Gratidão!

À Simony, pelo cuidado e ouvidos atentos. Sua amizade é mais que especial para mim!

A Jordan, por todo amor, força e encorajamento que você me dá. Sou muito feliz por poder compartilhar a vida contigo. A você, minha infinita gratidão!

Por fim, agradeço a Deus por me oportunizar realizar os sonhos que um dia sonhei pra mim. Por toda a generosidade e pela vida de todas as pessoas que cruzaram meu caminho e, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu crescimento, seja profissional ou pessoal.

A todas e a todos, meus mais sinceros agradecimentos!

*Eu determino que termine aqui e agora
Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo
Determino que termine em nós e desate
E que amanhã possa ser diferente pra elas
Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções
E que eu possa viver nelas, através delas e em suas memórias
(Linn da Quebrada – Oração)*

RESUMO

A transexualidade trata-se de um tema relevante para os estudos de psicologia por se tratar de um assunto atual que necessita de um olhar voltado para o reconhecimento e afirmação dessa identidade de gênero. Entende-se que a transexualidade se caracteriza a partir do campo da diversidade sexual e de gênero, contudo, por muito tempo esteve presente nos principais manuais diagnósticos e classificatórios de saúde, sendo tratada como um transtorno mental. Entende-se, portanto, a patologização das identidades transexuais como uma manifestação do preconceito contra essa população. Assim, objetivou-se analisar as representações sociais que estudantes universitários têm acerca da transexualidade, considerando os níveis de preconceito identificados por este grupo. Foi utilizado como aporte teórico para este estudo, a Teoria das Representações Sociais, que possibilita o reconhecimento da dimensão subjetiva dos indivíduos, bem como seus aspectos cognitivos, que por sua vez, interferem nas atitudes, práticas sociais e condutas acerca do objeto representado. Consiste em uma pesquisa de caráter descritivo e de abordagem mista, aplicada de forma online com estudantes de instituições universitárias públicas e privadas do Brasil, com um total de 200 participantes, que apresentaram uma média de idade de 26 anos ($DP= 8,88$) e uma faixa etária predominante de 18 a 23 anos, residentes, em sua maioria, na região Nordeste do Brasil, identificados em sua grande parte como mulheres cisgênero. Além disso, a maioria reconhece sua sexualidade como heterossexual. A área de conhecimento mais predominante entre os participantes é a de Humanas, sendo grande parte, estudantes universitários de instituições públicas cursando entre o 7º e o 10º período da graduação. Os instrumentos utilizados foram: Questionário sociodemográfico, analisado através do cálculo de frequência simples; a Técnica de Associação Livre de Palavras, analisada com o auxílio do programa Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ); a Escala de Preconceito Contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R); e as questões fechadas acerca da transexualidade, analisados através de estatísticas descritivas e inferenciais por meio do SPSS. Além disso, foram também utilizadas questões abertas analisadas mediante uma Análise Temático-Categorial de Bardin. Os Resultados da EPDSG-R indicaram níveis baixos de preconceito contra a transexualidade pelos participantes do estudo, com uma variante entre 1,27 e 1,63, e desvio padrão variante entre 0,605 e 1,143. Constatou-se que os estudantes que participaram deste estudo, em sua maioria, apreendem o fenômeno com um olhar favorável às identidades transexuais, direcionando-se ao reconhecimento da identidade de gênero. Além disso, destaca-se a sensibilidade dos participantes acerca da realidade das pessoas transexuais quando, por exemplo, conseguem identificar os obstáculos enfrentados por essa comunidade e também quando afirmam que existe preconceito advindo da sociedade e sofrido por esse grupo e mencionam as repercussões dessas dificuldades na vida socioemocional do indivíduo transexual. Diante dos resultados encontrados, considera-se a importância das mudanças sociais em nossa sociedade e o encorajamento dos espaços de representatividade para as pessoas transexuais como um fator relevante na construção de representações sociais para os indivíduos. Acredita-se que os dados deste estudo possam contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficientes no campo da saúde mental e no acesso à cidadania pela população transexual, além da ampliação dos espaços de representatividade, de modo a promover a visibilidade desse grupo. Destaca-se também a necessidade de criação e manutenção de políticas públicas que enfatizem a garantia de direitos por esta população, a fim de remediar os danos psicossociais causados a esta comunidade.

Palavras-chave: Transexualidade, Gênero, Representação social, Preconceito.

ABSTRACT

Transsexuality is a relevant topic for psychology studies because it is a current issue that needs a look focused on the recognition and affirmation of this gender identity. It is understood that transsexuality is characterized from the field of sexual and gender diversity, however, for a long time it was present in the main diagnostic and classificatory manuals of health, being treated as a mental disorder. Therefore, the pathologization of transsexual identities is understood as a manifestation of prejudice against this population. Thus, the objective was to analyze the social representations that university students have about transsexuality, considering the levels of prejudice identified by this group. The Theory of Social Representations was used as a theoretical support for this study, which enables the recognition of the subjective dimension of individuals, as well as their cognitive aspects, which, in turn, interfere with attitudes, social practices and behaviors regarding the represented object. It consists of a descriptive research with a mixed approach, applied online with students from public and private university institutions in Brazil, with a total of 200 participants, who had an average age of 26 years ($SD = 8.88$) and a predominant age group of 18 to 23 years old, mostly residing in the Northeast region of Brazil, mostly identified as cisgender women. In addition, most recognize their sexuality as heterosexual. The most predominant area of knowledge among the participants is Humanities, most of which are university students from public institutions studying between the 7th and 10th period of graduation. The instruments used were: Socio-demographic questionnaire, analyzed through simple frequency calculation; the Free Association of Words Technique, analyzed with the help of the program Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ); the Revised Prejudice Against Sexual and Gender Diversity Scale (PASGD-R); and closed questions about transsexuality, analyzed using descriptive and inferential statistics using SPSS. In addition, open questions were also used that were analyzed through Bardin's Thematic-Categorical Analysis. The results of the PASGD-R indicated low levels of prejudice against transsexuality by the study participants, with a variant between 1.27 and 1.63, and a variant standard deviation between 0.605 and 1.143. It was found that the students who participated in this study, for the most part, apprehend the phenomenon with a favorable view of transsexual identities, directing themselves to the recognition of gender identity. In addition, the sensitivity of the participants regarding the reality of transsexual people is highlighted when, for example, they are able to identify the obstacles that are faced by this community and also when they state that there is prejudice arising from society and suffered by this group and mention the repercussions of these difficulties on the socio-emotional life of the transsexual individual. In view of the results found, the importance of social changes in our society and the encouragement of representative spaces for transgender people is considered a relevant factor in the construction of social representations for individuals. It is believed that the data from this study can contribute to the development of more efficient strategies in the field of mental health and access to citizenship by the transsexual population, in addition to expanding spaces of representation, in order to promote the visibility of this group. It also highlights the need to create and maintain public policies that emphasize the guarantee of rights for this population, in order to remedy the psychosocial damage caused to this community.

Keywords: Transsexuality, Gender, Social Representation, Prejudice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama das evocações referentes ao estímulo TRANSEXUALIDADE.....	75
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequências dos dados sociodemográficos das participantes.....	70
Tabela 2 – Dados da Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSGR).....	73
Tabela 3 – Frequências referentes à identificação de preconceito sobre a Transexualidade...	81
Tabela 4 – Frequências referentes à associação da Transexualidade a transtornos mentais....	83
Tabela 5 – Categorias e frequências resultantes da Análise Temático-Categorial.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

APA – Associação Americana de Psiquiatria

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde

CNS – Conselho Nacional de Saúde

DSG – Diversidade Sexual e de Gênero

DP – Desvio Padrão

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

EM – Estresse de Minorias

EPDSG-R – Escala de Preconceito Contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada

IRAMUTEQ – Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

OME – Ordem Média de Evocação

OMS – Organização Mundial da Saúde

SPSS – Pacote Estatístico para Ciências Sociais

STAR – Ação Revolucionária de Travestis de Rua

TALP – Técnica de Associação Livre de Palavras

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIG – Transtorno de Identidade de Gênero

TNC – Teoria do Núcleo Central

TRS – Teoria das Representações Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1.....	22
Considerações acerca da transexualidade e o preconceito contra identidades transexuais.....	22
1.1 Breve percurso histórico acerca da transexualidade.....	23
1.2 Patologização das identidades transexuais como manifestação do preconceito.....	29
1.3 Impacto do preconceito na saúde mental de indivíduos transexuais.....	36
CAPÍTULO 2.....	40
Representações sociais e a transexualidade.....	40
2.1 A teoria das Representações Sociais.....	41
2.2 A transexualidade como objeto de Representação Social.....	51
CAPÍTULO 3.....	59
Objetivos e Método.....	59
3.1 Objetivos.....	60
3.1.1 <i>Objetivo geral</i>	60
3.1.2 <i>Objetivos específicos</i>	60
3.2 Método.....	60
3.2.1 <i>Tipo de estudo</i>	60
3.2.2 <i>Participantes</i>	61
3.2.3 <i>Instrumentos e análise de dados</i>	62
a. Questionário sociodemográfico/Análises estatísticas descritivas.....	63
b. Técnica de Associação Livre de Palavras/Análise prototípica no IRAMUTEQ.....	63
c. Questões acerca da transexualidade (abertas e fechadas)/Análises estatísticas descritivas e Análise Temático-Categorial de Bardin.....	65

d. Escala de Preconceito Contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R)/ Estatísticas descritivas e inferenciais.....	66
3.2.4 <i>Considerações éticas e procedimento de coleta de dados</i>	66
CAPÍTULO 4	68
Apresentação e discussão dos resultados	68
4.1 Questionário sociodemográfico e Escala de Preconceito Contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R)	69
4.2 Estruturas das representações sociais acerca da TRANSEXUALIDADE elaboradas por estudantes universitários (Análise Prototípica)	74
4.3. Questões acerca da Transexualidade (abertas e fechadas)	80
4.3.1 <i>Questões fechadas/Análises estatísticas descritivas</i>	80
4.3.2 <i>Análise temático-categorial das respostas discursivas</i>	84
4.3.2.1 Categoria Ausência de Transtorno.....	85
4.3.2.2 Categoria Inconformidade Biológica.....	87
4.3.2.3 Categoria Reconhecimento da Identidade de Gênero.....	89
4.3.2.4 Categoria Inerente à Natureza.....	90
4.3.2.5 Categoria Social.....	91
4.3.2.6 Categoria Escolhas do indivíduo.....	93
4.3.2.7 Categoria Decorrente de Transtorno.....	93
4.3.2.8 Categoria Sofrimento Psíquico	95
CAPÍTULO 5	101
Considerações finais	101
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICES.....	121
ANEXOS.....	129

INTRODUÇÃO

A transexualidade consiste em um fenômeno complexo, que diz respeito às pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao seu sexo biológico. Essa relação entre identidade de gênero e sexo advém de uma lógica binária, a partir de um sistema de classificação em duas formas distintas e opostas, tal como masculino ou feminino (Silva, 2015). Apesar da classificação entre sexo e gênero, por vezes ter sido considerada em categorias distintas, visto que o sexo é reconhecido como uma categoria anatômica, ou seja, biológica e o gênero como um atributo sociocultural, Butler (2003) contrapõe-se a esta lógica através do argumento de que o corpo não possui naturalidade em nenhum de seus aspectos, sendo assim sexo e gênero categorias amplamente iguais e, portanto, sem nenhuma distinção. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais em sua versão revisada da 5ª edição (DSM 5 TR), ao referir-se à disforia de gênero, destaca que a “designação de gênero refere-se à designação inicial como homem ou mulher. Isso ocorre geralmente no nascimento com base no sexo fenotípico e, desta forma, constitui o gênero designado no nascimento, historicamente referido como “sexo biológico” ou, mais recentemente, “gênero de nascimento” (DSM-V-TR, 2023, p. 511).

Desse modo, Butler defende que “se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo” (p.25). Assim, Butler argumenta que tanto o sexo quanto o gênero são atributos socioculturais, uma vez que “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; (Butler, 2003, p. 25). Em concordância com esse pensamento, compreende-se o caráter sócio-histórico da construção do que é sexo e gênero. A autora traz a noção de performatividade de gênero, afirmando que:

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do

qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero (Butler, 2003. p.188).

A sexualidade, por sua vez, atribui-se às contribuições teóricas de Foucault a partir de sua discussão sobre o tema, visto que o autor traz o entendimento acerca do “dispositivo da sexualidade”, que diz respeito a uma rede histórica. Assim, a sexualidade seria o “nome que se pode dar a um dispositivo histórico”, sendo tal uma “grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.” (Foucault, 1999, p.100)

Faz-se necessário diferenciar gênero e sexualidade, visto que o primeiro corresponde à identidade de um indivíduo, já o segundo, também culturalmente determinado, corresponde ao componente afetivo da vida humana. Assim, “a identidade de gênero é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada e sexualidade é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos” (Grossi, 1998, p. 12).

Sendo a transexualidade uma identidade de gênero, destaca-se que, etimologicamente, o prefixo *trans* significa “além de” (Berutti, 2002) e é utilizado como um termo que abarca as identidades transexuais (também denominadas transgênero), travestis e não-binárias. Stryker (2021), traz em seu livro *História de lo trans*, os diversos termos utilizados para incorporar a comunidade, como a própria palavra *travesti*, tida como um termo autoproclamado pelos

indivíduos que compõem a luta política e social da comunidade. Na Espanha, por exemplo, o mesmo termo esteve presente na década de 1980, mas hoje em dia é associado com o *crossdresser* e, por isso, é utilizado com frequência o termo *transexual* (transsexual). Já em inglês, o termo *transgender* (transgênero) vem sendo utilizado, sobretudo nos Estados Unidos a partir dos anos 1990, uma vez que neste idioma, o termo transexual é mais usado para destacar pessoas que fizeram modificações corporais (Stryker, 2021). Neste trabalho, o termo transexualidade foi escolhido por se referir às identidades transexuais, e por se tratar de uma forma linguística que abarca, de forma mais aproximada, a dimensão na qual as vivências transexuais se constituem.

Para Bento (2008), a transexualidade está para além da experiência identitária-histórica, por caminhar em seu sentido oposto, uma vez que expõe os limites de uma normatividade de gênero alicerçada na diferença sexual. Deste modo, a existência transexual “quebra a causalidade entre sexo/gênero e desnuda os limites de um sistema binário assentado ao corpo sexuado” (Bento, 2008. p.21). Esse *cistema* (sistema cisgênero¹), rotulado por Vergueiro (2015), abarca um conjunto de regras sociais que buscam ler os corpos e classificá-los como passáveis ou não passáveis (Santos, 2019).

A passabilidade é implicada em uma performatividade de gênero e caracteriza-se pelo agrupamento de atos regulados e repetidos que podem garantir uma aparência de gênero considerável na inscrição de uma matriz heterocisnormativa (Pontes & Silva, 2017). Em outras palavras, a passabilidade é a designação imposta socialmente a uma pessoa trans, determinando estereótipos de gênero e normas de conduta sobre o que deve ou não ser; o que deve ou não vestir e como deve ou não se portar, na intenção de estabelecer condições para a aceitação das pessoas *trans* na sociedade e acarretando às pessoas *trans* ou pessoas não-binárias que não

¹ O termo cisgênero é utilizado para referir-se ao indivíduo cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído ao nascimento. Nesse estudo, o termo também será citado a partir do prefixo “cis”.

correspondem a esse padrão da sociedade, uma exclusão dos espaços sociais, além de reforçar uma ideia de normatividade com relação à identidade de gênero, em uma lógica de nar(cis)o, que sentencia a todos os que não parecem consigo mesmo, uma vez que se determina a cisgeneridade como o padrão de passabilidade e que este deve ser assumido pelos indivíduos *trans* para haver a inclusão destes na sociedade.

O interesse em discutir acerca do tema abordado diz respeito ao que se inscreve como patologização das identidades transexuais como um reflexo de sua interpretação como “doença mental” – recentemente revisada nos principais manuais diagnósticos de saúde. Ainda que os indivíduos transexuais não expressem nenhuma alteração em suas estruturas cerebrais e cognitivas, por vezes são considerados doentes mentais (Bento, 2008).

Olhar para a transexualidade mediante um discurso patologizante, é inclusive, uma das formas de enquadramento dos padrões cisheteronormativos. Para Bento e Pelúcio (2012), a patologização das inconformidades de gênero se mantém nessa hipótese heteronormativa, pois não admite uma abertura a outras possibilidades de configuração correspondentes ao sexo genital, gênero, desejo e práticas sexuais, fazendo assim com que a experiência transgênera seja categorizada e passível de normalização além de permitir que corpos e subjetividades *trans* estejam sujeitos a esta norma, uma vez que, por muito tempo, a transexualidade foi tratada como transtorno de gênero pelos manuais, indicando assim um “sistema de sexo e gênero que pretende estabelecer fronteiras e limites entre o inteligível e o impensável, ou melhor, entre normais e anormais” (Arán, 2006, p.57). Sendo assim, entende-se não apenas como uma questão social, mas também de saúde mental, uma vez que a vivência transexual é marcada por inúmeras violências, sejam sociais ou institucionais e geram sofrimento psicossocial, e acarretam intensa angústia, insegurança e vulnerabilidade a sintomas depressivos (Oliveira, 2018).

Em função da escassa literatura acerca do tema em questão, ressalta-se a importância de discutir as representações sociais acerca da transexualidade, uma vez que a falta de dados científicos acaba por dificultar o acesso a direitos para a comunidade transexual. Assim, de modo a entender o modo como a transexualidade é representada atualmente, o presente estudo propôs a participação de estudantes universitários, entendendo que a compreensão das representações deste grupo possibilita o alcance do conteúdo e da natureza da representação, além da identificação das aplicabilidades no universo cognitivo e social dos integrantes do estudo. Dessa forma, objetivou-se analisar as representações sociais acerca da transexualidade considerando os níveis de preconceito identificados por este grupo.

A escolha pela Teoria das Representações Sociais como aporte teórico para este estudo se alicerça na importância que as representações possuem como uma de suas funções um canal de orientação do comportamento, além de justificadoras destes mesmos, sendo assim guias de práticas sociais. Dessa forma, investigar as representações sociais de estudantes universitários acerca da transexualidade mostra-se relevante no que diz respeito a buscar formas de entender o pensamento comum e traçar estratégias de enfrentamento ao preconceito estrutural e velado sobre essas pessoas.

Foi escolhido como método de investigação para este estudo, uma abordagem mista, quantitativa e qualitativa, de modo a permitir que os participantes pudessem expor de forma livre e espontânea suas representações, embora se tenha recorrido a instrumento psicométrico para descrevê-las e avaliá-las.

Foram convidados a participarem voluntariamente da pesquisa, estudantes universitários de diferentes instituições de ensino superior públicas e privadas do Brasil, por meio de um questionário composto por perguntas abertas e fechadas. Ressalta-se que, inicialmente, pretendia-se realizar a coleta dos dados presencialmente, contudo, em virtude da Pandemia de Covid-19, optou-se por realizar a aplicação do estudo mediante uma plataforma

online.

O presente estudo teve em vista investigar se os níveis de preconceito influenciariam a associação das representações sociais acerca de pessoas transexuais, atribuindo-as a uma categoria patológica. O alcance dos objetivos propostos, proporcionaram a compreensão de como os estudantes universitários assimilam a transexualidade, e, conseqüentemente, foi identificada a relação destas representações sociais com a existência de preconceito, considerando a patologização das identidades transexuais. Dessa forma, entende-se que a compreensão dessas representações podem corroborar na geração de dados científicos que colaborem com o desenvolvimento de estratégias para o incentivo da produção de políticas públicas, bem como a orientação de estratégias de enfrentamento ao preconceito vivenciado por esta população.

Assim, visando responder ao problema de pesquisa, a estrutura desse trabalho foi dividida em cinco capítulos. O Capítulo 1, denominado **Considerações acerca da transexualidade e o preconceito contra identidades transexuais**, discorre sobre a importância de um olhar voltado para a comunidade transexual, por vezes invisibilizada. Esse capítulo possui três subcapítulos. O primeiro, denominado **Breve percurso histórico acerca da transexualidade**, traz uma noção das diversas nomenclaturas que abarcam a transexualidade, entendendo-a como um termo que engloba um agrupamento de identidades de gênero. Além disso, apresenta o percurso histórico da transexualidade, evidenciando sua existência antes mesmo de sua discussão ou nomenclatura; segundo subcapítulo chama-se **Patologização das identidades transexuais como manifestação do preconceito** e discorre sobre as principais teorias da psicologia acerca do preconceito e suas explicações ao que concerne às relações intergrupais. Abrange também as diversas formas em que a manifestação se apresenta, indo além de um discurso médico, para um discurso moral na sentencição dessas identidades, encurralando-as e tirando delas o lugar de sujeito social. Além disso, apresenta

sobre como a patologização das identidades transexuais foi utilizada na história para a dominação e invisibilização de corpos trans, escancarando as violências sofridas por este grupo. O terceiro e último subcapítulo, intitulado **Impacto do preconceito na saúde mental de indivíduos transexuais**, esclarece sobre as consequências das diversas violências sofridas por essa comunidade e discorre sobre as vulnerabilidades as quais o referente grupo está exposto.

O Capítulo 2, denomina-se **Representações Sociais e Transexualidade** e discorre acerca do aporte teórico que respalda o presente estudo, contextualizando a teoria e descrevendo suas principais vertentes. O primeiro subcapítulo intitula-se **A teoria das Representações Sociais** e aborda o aporte teórico que respalda o presente estudo, descrevendo a teoria historicamente e apresentando suas principais vertentes. O segundo, nomeado **A transexualidade como objeto de Representação Social**, trata-se de uma breve descrição dos estudos realizados sobre o tema em que a teoria foi utilizada,

O Capítulo 3 diz respeito aos **Objetivos e Método**, expondo os objetivos, o tipo de estudo, os participantes, o local, os instrumentos e suas formas de análise, bem como o procedimento de coleta de dados e as considerações éticas.

O Capítulo 4 denomina-se **Apresentação e discussão dos resultados** e traz a descrição dos resultados deste estudo, iniciando pelos dados sociodemográficos e dos dados obtidos através da Técnica de Associação Livre de Palavras, que foram analisados por meio de Análise Prototípica, além das questões dissertativas, entre perguntas abertas e fechadas. Também são descritos os dados quantitativos, que dizem respeito à Escala de Preconceito Contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R), aplicada. Por fim, o Capítulo 5, refere-se às **Considerações Finais**. Este trabalho ainda conta, ao final, com as **Referências** utilizadas, **Anexos** e **Apêndices**.

CAPÍTULO 1

**Considerações acerca da transexualidade e o
preconceito contra identidades transexuais**

1.1. Breve percurso histórico acerca da transexualidade

A sexualidade está presente na vida do sujeito em um conjunto que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução (Mesquita & Rodrigues, 2019). O presente estudo aborda aspectos referentes à transexualidade, sendo este um tema atual e ainda recente no campo da psicologia. Silva e Mello (2017), referem-se à transexualidade como “um fenômeno completo e universal, ocorrendo em várias culturas, em épocas e locais diferentes na história da humanidade” (p.83).

No que concerne às diferentes formas de expressão da sexualidade, e de modo a auxiliar o seu entendimento, cabe elucidar que a orientação sexual corresponde a expressão do interesse emocional, afetivo ou sexual de um indivíduo a outro, independente de seu gênero. Assim, a sexualidade é vista como uma construção que “envolve, ao mesmo tempo, aspectos individuais, sociais, psíquicos e culturais que carregam historicidade e envolvem práticas, atitudes e simbolizações” (Ressel & Gualda, 2003. p. 2). Já a identidade sexual é concebida como uma experiência interna e individual e subjetiva no que concerne à sua identidade de gênero, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento (ICJ, 2007).

As identidades transexuais são percebidas no que diz respeito às pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao seu sexo biológico. Essa relação entre identidade de gênero e sexo advém de uma lógica binária, a partir de um sistema de classificação em duas formas distintas e opostas, que são masculino ou feminino, homem ou mulher, menino ou menina (Silva, 2015). Nesse caso, faz-se significativo elucidar acerca das diferentes identidades que compõem a definição de “T” dentro da sigla LGBTQIA+².

² A sigla LGBTQIA+ é utilizada como um acrônimo e seu significado divide-se em duas partes. A primeira (LGB – lésbicas, gays e bissexuais) diz respeito à orientação sexual do indivíduo. A segunda (TQIA – travestis e transexuais, queers, intersexo e assexuais) diz respeito à identidade de gênero, ou seja, como o indivíduo se reconhece. Já o símbolo “+” é utilizado para incluir mais grupos e variações de sexualidade e gênero.

Inicialmente, destaca-se que o termo travesti, tal como Cornwall e Jolly (2008) mencionam no livro “Questões de sexualidade: ensaios transculturais”, é estritamente pertencente à América Latina. O termo, que diz respeito a uma identidade feminina, foi originalmente utilizado como um adjetivo pejorativo, mas logo foi acolhido inicialmente por ativistas travestis da Argentina e do Peru e ressignificado como substantivo político, além disso, muitas pessoas optaram por se denominar como travestis, por entenderem que o termo “transexual” acabou se tornando uma identidade patologizada.

Com relação ao não-binarismo, o termo ainda pouco conhecido, é utilizado pelas pessoas que se compreendem além da divisão binária dos gêneros, isto é, não se identificam necessariamente como homem ou mulher, podendo assumir um gênero neutro ou transitar entre os gêneros. Portanto, “colocam-se na perspectiva de um devir, de estar em trânsito, de estar disposto ao invés de posto” (Padilha & Palma, 2017. p. 3).

O termo espectrometria de gênero é utilizado para corresponder às identidades consistentes a dois ou mais gêneros e representa uma vasta gama de possibilidades de expressões de gênero para além do masculino e feminino. Assim, o não-binarismo é identificado dentro deste espectro e pode ser especificado a partir de definições como gênero-fluido, bigênero, agênero, demigênero, pangênero, não-binário, gênero *queer*, andrógine, intergênero, neutrogênero, transfeminine, transmasculine e transneutre (Góes, 2019).

Em se tratando de identidades transexuais, oportuna-se considerar o que Butler (2003), afirma ao expressar que não se nasce mulher (ou homem), mas torna-se. A ideia de Butler não era trazer uma nova normatização de gênero, mas discuti-lo, visto que o gênero é uma forma de ação e um processo de identificação, a saber, uma performatividade, que vai além das normatizações disponíveis à sociedade. Com isso, a compreensão das condições performáticas é indispensável para a desconstrução de essencialismos biológicos ou culturais limitantes.

Foucault (1999), afirma que o entendimento da sexualidade só pode ser constatado a

partir da percepção dos mecanismos de poder e saber que lhe são intrínsecos, uma vez que:

A noção de sexo garantiu uma reversão essencial; permitiu inverter a representação das relações entre o poder e a sexualidade, fazendo-a aparecer não na sua relação essencial e positiva com o poder, porém como ancorada em uma instância específica e irreduzível que o poder tenta da melhor maneira sujeitar; assim a ideia “do sexo” permite esquivar o que constitui o “poder”; permite pensá-lo apenas como lei e interdição. O sexo, essa instância que parece dominar-nos, esse segredo que nos parece subjacente a tudo o que somos, esse ponto que nos fascina pelo poder que manifesta e pelo sentido que oculta, ao qual podemos revelar o que somos e liberar o que nos define, o sexo nada mais é do que um ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo da sexualidade e por seu funcionamento (Foucault, 1999, p.145).

Além disso, Butler (2003) também afirma que falar sobre transexualidade é ir além da mudança estética de corpos, uma vez que, antes de tudo, a pessoa trans experimenta a busca pelo reconhecimento do direito a uma vida digna. Desta forma, apesar da história ser marcada pela invisibilidade, os indivíduos transexuais são um símbolo de resistência e luta, sendo por vezes protagonistas do que se singulariza como conquistas para a própria comunidade LGBTQIA+ como um todo.

De acordo com Araújo e Vieira (2010), a transexualidade, como um objeto estudo da ciência, foi concebida no século XX e passou por diversas modificações desde sua criação até os tempos atuais. Contudo, mesmo antes de sua classificação, pode-se constatar diversas narrativas de personalidades cujas histórias apontam para o delineamento de um fenômeno transexual, como a figura de Hermafrodito, contado na mitologia grega. Sua história é mencionada a partir da narrativa de um romance não-correspondido da ninfa Salmácis, que

tentou seduzi-lo sem sucesso, visto que o rapaz, de beleza extraordinária, não se interessava sexualmente pelas mulheres e tinha o desejo de conhecer o mundo aventurando-se por terras desconhecidas. A história conta que, ao ver Hermafrodito banhando-se em um lago, Salmácis despiu-se e entrou nas águas abraçando o jovem. Aderindo-se ao corpo dele, a ninfa ordenou às águas que seus corpos jamais se separassem. Assim, ambos transformaram-se em um único ser. Nota-se, portanto, que a transexualidade é identificada e mencionada historicamente antes mesmo de sua definição como um dispositivo de gênero.

Soares e Bruns (2010) destacam que o termo transexualidade foi criado por um médico endocrinologista em meados de 1954, de modo a classificar patologicamente a categoria transexual. Teixeira (2009) inclusive, afirma que o termo “transexual” representava aparentemente um adjetivo exclusivamente utilizado para referir-se ao método cirúrgico de transgenitalização, popularmente conhecido como “cirurgia de mudança de sexo” e não às pessoas transexuais. Assim, o saber médico e científico passa a denominar a transexualidade a partir de uma explicação biomédica, excluindo assim a possibilidade de os próprios sujeitos transexuais narrarem suas histórias.

Com isso, cabe destacar a constante luta por direitos civis LGBTQIA+, que teve como linha de frente, pessoas transexuais e travestis, inserindo em seus corpos a controvérsia à heteronormatividade predominante na vivência social. Um marco histórico dessa luta, foi a rebelião de Stonewall, ocorrida nos Estados Unidos, em meados de 1960, em que o estado de Illinois era o único do país, do qual a comunidade corria menos risco de serem presos, tendo em vista que ser abertamente homossexual e manter relações com pessoas do mesmo sexo era considerado como crime, além de que, ser homossexual também era considerado doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e também pela Associação Americana de Psiquiatria (APA). Nessa época, o público LGBTQIA+ costumava se reunir em um bar chamado Stonewall Inn, em Manhattan. O bar recebia jovens homossexuais advindos das periferias e acolhia um

público majoritariamente marginalizado, uma vez que grande parte vivia na rua, por haver sido expulsos de casa pela família. O bar era também frequentado por travestis e *drag queens*³, que inclusive também corriam risco, uma vez que utilizar roupas do gênero oposto também era considerado motivo de prisão. Dessa forma, o estabelecimento era um dos poucos ambientes do qual as pessoas da comunidade LGBTQIA+ se sentiam acolhidas (Lelis, 2019). No dia 28 de junho de 1969, policiais invadiram o bar e prenderam funcionários e frequentadores do ambiente. Assim, foi iniciada uma revolta por parte do público como uma resposta à repressão policial e para reivindicar direitos da comunidade gay. Com isso, Stonewall tornou-se um marco histórico decisivo para o movimento LGBTQIA+, denunciando o preconceito e escancarando um discurso de não-conformidade com a forma em que a comunidade era tratada.

É nesse contexto que se destaca Marsha P. Johnson, uma mulher negra, travesti e *drag queen*, como uma das figuras mais importantes do movimento. Filha de um operário e uma empregada doméstica, considerando que o termo transgênero ainda não era difundido na época, Marsha se considerava homossexual, mas preferia ser referida a partir de pronomes femininos. Havendo sido detida pela polícia inúmeras vezes, Marsha nunca abdicou de utilizar roupas e acessórios como gostava. De acordo com Soliva (2021), a travesti esteve com Sylvia Rivera, outra importantíssima personalidade do movimento LGBTQIA+ em Nova York na segunda metade do século XX, à frente de um coletivo político nomeado Ação Revolucionária de Travestis de Rua (STAR), que buscava integrar as pautas de representação e visibilidade na intenção de conquistar direitos civis para a comunidade. Juntas, mantiveram também um abrigo que recebia pessoas LGBTQIA+ sem teto e acolhiam pessoas travestis, sendo um dos primeiros locais do país a realizar este feito. Dessa forma, Marsha é hoje considerada uma das grandes ativistas da comunidade no mundo, sendo reconhecida a partir de seu legado.

³ Drag Queen é uma linguagem artística que envolve a construção de um personagem e não tem relação direta com gênero e/ou sexualidade.

Devido aos eventos ocorridos em 28 de junho de 1969, a data passou a ser reconhecida internacionalmente como o “Dia do Orgulho LGBTQIA+”. Além disso, as manifestações ocorridas nas ruas de Nova York nesse período passaram a se repetir, tomando assim uma repercussão mundial e se tornando posteriormente conhecida como a Parada do orgulho LGBTQIA+, sendo realizada no mês de junho em referência à rebelião de Stonewall (Terto & Souza, 2015; Hirshman, 2012).

No Brasil, historicamente as pessoas transexuais foram perseguidas, marginalizadas e mortas, por uma crença popular de anormalidade ao serem comparadas com pessoas cisgênero. A partir do século XVI, leis foram criadas de modo a impor o modo pelo qual os cidadãos deveriam se vestir e se portar em sociedade. Alguns registros afirmam sobre uma denúncia feita aos tribunais do Santo Ofício, de 1591, os quais acusavam Francisco Manicongo, um sapateiro escravizado, vindo da República do Congo, por vestir-se como uma figura feminina (Oliveira, 2018). Xica Manicongo, como viera posteriormente a ser conhecida, foi condenada por crime de sodomia e praticante de bruxaria. Deste modo, Xica, apesar de ter por muito tempo sofrido um apagamento de sua real identidade, uma vez que, tantas vezes foi tratada como um homem cis homossexual, atualmente passou a ser reconhecida como a primeira travesti do país, graças ao trabalho de Luiz Mott (1999), a partir de um estudo acerca da perseguição destas personalidades acusadas de sodomitas no território brasileiro. Assim, Xica Manicongo foi lançada como um símbolo da resistência travesti e vem ganhando visibilidade nos espaços de luta e militância.

Apesar de muitas conquistas e o reconhecimento de personalidades que são símbolos de representatividade, a comunidade transexual é marcada por uma série de violências em sua história, desde a física à institucional e social. Tais formas de violência origina-se no preconceito e na falta de aceitação desses sujeitos, a partir da negação de sua existência, o que se respalda na escassez de direitos para esta população. Sendo assim, a seguir será discutido o

preconceito contra a comunidade transexual e suas diversas formas de manifestação, enfatizando a patologização das identidades transexuais como uma problemática que atinge diretamente os corpos de pessoas *trans* e ressaltam os estereótipos negativos aos quais os indivíduos dessa comunidade são submetidos.

1.2. Patologização das identidades transexuais como manifestação do preconceito

Na Psicologia Social, dentre os autores que exploraram a definição acerca do preconceito, destaca-se Allport (1954), cuja teoria é fundamental para compreender a natureza do preconceito. O autor o define como um componente afetivo, sendo este “uma atitude de prevenção ou de hostilidade dirigida a uma pessoa que pertence a um grupo simplesmente porque ela pertence àquele grupo, e se presume que possua as qualidades desagradáveis desse grupo.” (Allport, 1979, p. 7).

O conhecimento das atitudes é crucial para o entendimento do fenômeno do preconceito, uma vez que o preconceito é uma atitude. Assim, conhecer as atitudes é entender como os indivíduos pensam, sentem e se comportam acerca de determinados eventos. Allport (1935) abordava as atitudes como sendo as formas pelas quais um organismo reage, de modo a destacar as consequências comportamentais das quais possam se aplicar às situações ou objetos com os quais esse organismo se realaciona. Torres (2010) fortalece tal conceito, afirmando que as atitudes são ordenações duradouras de crenças e cognições, carregadas de afetos positivos ou negativos acerca de um objeto, de modo a predeterminar uma ação coerente com os afetos e cognições a este, pertinentes.

O comportamento de discriminar surge através do relacionamento entre grupos distintos. O preconceito, neste caso, ocorre a partir de um processo cognitivo de categorização e do sentimento de hostilidade, sendo demonstrado através da verbalização negativa, evitação

de contato, discriminação, ataque físico e extermínio do grupo. Além disso, a categorização, que diz respeito à formação e processamento de categorias, contribui na velocidade do pensamento, de modo a permitir que os indivíduos possam diferenciar automaticamente as categorias positivas ou negativas e assim, sujeitar os membros de outros grupos (Allport, 1979).

Camino (1996) diz que o preconceito pode ser determinado a partir da relação intergrupal, uma vez que a partir dessa relação são expressos os comportamentos negativos e depreciativos, bem como as condutas discriminatórias direcionadas aos membros de um determinado grupo, unicamente por a este pertencerem.

Assim, com base na perspectiva de Allport, foram apresentadas diversas análises no que se refere ao preconceito, relacionando-o com a cognição social e o explicando pelos erros no processamento das informações, por meio dos estereótipos, que são identificados como o principal viés na formação do preconceito (Camino *et al.*, 2013; Santoro, 2014; Hamilton, 1979).

Os estudos de Tajfel e Turner (1986), relacionados ao preconceito, discriminação e conflito intergrupal, introduzem a identidade social no centro do processo característico às relações e conflitos intergrupais. Os autores identificaram em seus resultados que meramente a pertença a um grupo motiva a discriminação intergrupal, de modo a beneficiar os membros do endogrupo, reforçando assim a sua identidade social.

Para Vala (1997), em virtude do fortalecimento de uma identidade social em um contexto, isto é, a identificação de pertença a um grupo - endogrupo -, os indivíduos ativam e avaliam representações acerca dos estereótipos referentes a uma categoria antagonista - exogrupo. Portanto, a discriminação e o preconceito são gerados a partir das relações sociais, de modo a legitimá-los por intermédio da avaliação do endogrupo no processo de categorização social para a construção de uma imagem negativa do exogrupo (Fernandes & Pereira, 2018).

Em se tratando do preconceito, é possível destacar também as novas formas de

preconceito. Os estudos de Pettigrew e Meertens (1995) acerca do preconceito racial apresentaram os componentes que caracterizam o que eles chamam de preconceito flagrante e preconceito sutil. O preconceito flagrante seria uma forma de expressão do preconceito mais direta, quente e aberta, já o preconceito sutil é uma forma mais contemporânea de discriminação, sendo mais discreta, fria e indireta, que se dispõe a atender à norma da não discriminação, uma vez que as pessoas consideram inadmissível serem vistas como preconceituosas e temem sofrer julgamento por se comportarem de tal forma. Outras formas de expressão do preconceito seriam o preconceito hostil e o preconceito benevolente. Uma vez que o preconceito é uma atitude hostil contra um indivíduo (Allport, 1954), algumas das formas de manifestação do preconceito consistem em atitudes pseudopositivas, sendo assim apresentadas de uma maneira mais “benevolente” e expressas de forma aparentemente positiva (Lima, 2020).

Dessa forma, considerando os aspectos que estão implicados no tema da diversidade sexual e de gênero, é constatada a permanência de estranhamentos, preconceitos e estigmas. Assim, pensar a invisibilidade desse grupo é considerar a perspectiva do preconceito e exclusão dos espaços sociais. Contudo, essa lógica da invisibilidade difere no que concerne pensar os resultados da violência sofrida por essa comunidade. Mendes e Silva (2020), destacam que o Brasil, por exemplo, é um dos países onde mais se mata pessoas LGBTQIA+, principalmente indivíduos transgêneros no mundo. Entretanto, não se pode matar o que não se vê, portanto, questiona-se acerca do lugar que a invisibilidade ocupa na vida desses sujeitos e suas afetações diretas ou indiretas a esta população.

Conforme os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), revelados no mais recente dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras, houve um aumento de 126% no número de assassinatos em 2022, em comparação com 2008, ano em que se iniciou o monitoramento global de mortes de pessoas transexuais.

Além disso, destaca-se que a maior concentração de assassinatos do país, centralizou-se na Região Nordeste (40,5% dos casos), sendo Pernambuco o estado a assumir o topo da lista, em primeiro lugar, como o que mais matou a população *trans* no ano de 2022. É enfatizado também que o maior índice de assassinatos registrados pelo dossiê diz respeito a pessoas trans negras (79,8% dos casos). Outro dado importante é de que o maior número de mortes identificadas pelo registro corresponde a travestis e mulheres trans (99% dos casos), apontando para a motivação dos crimes direcionada à identidade de gênero feminina (Benevides, 2023).

O assassinato sistemático de travestis e mulheres transexuais é classificado como transfeminicídio. O conceito foi estruturado por Bento (2017), como uma derivação da classificação de homicídios contra mulheres *cis*, o feminicídio. Tal conceito contribui na articulação de interpretações acerca das inconformidades de poder que produzem as diferenças de gênero e permite um olhar transversal, que possibilite a compreensão da complexidade da realidade vivenciada por pessoas transexuais (Benevides & Nogueira, 2021). Assim, falar da invisibilidade de indivíduos transexuais é apontar as mais graves consequências provocadas contra esse grupo, trazendo assim também seu sentido literal, ou seja, o extermínio dessa população.

A existência transexual é marcada por conquistas, partindo de uma perspectiva histórica, contudo, tais conquistas foram (e continuam sendo) obtidas num contexto de enfrentamento ao preconceito e exclusão social cotidianos. As percepções estereotipadas negativas, que repercutem em discurso de ódio e atitudes violentas contra a população transexual são denominadas como *transfobia*.

Stona e Ferrari (2020) apontam que a manifestação da *transfobia* ocorre a partir da desconsideração dos direitos fundamentais dessa população e da exclusão estrutural, que se evidenciam a partir de três aspectos: criminalização, estigmatização e patologização, que se correlacionam visto que as experiências *trans* passam por impactos que refletem sobre seus

corpos e experiências em diferentes sentidos, uma vez que a discriminação das identidades transexuais relaciona-se não apenas com a violência e homicídios, mas também com o alto índice de evasão escolar e falta de oportunidades no mercado de trabalho, muitas vezes resta a estes indivíduos viverem à margem da sociedade. A muitas mulheres travestis, por exemplo, não resta outra opção senão manter sua sobrevivência a partir da prostituição, que além de tudo, é vista como uma atividade transgressora e, por isso, sua imagem é compreendida por uma interpretação moralizada e entendida como um desvio ou perversão (Carvalho, 2011).

É notável que não sobram muitos caminhos para indivíduos transexuais, visto que, por vezes, são considerados a partir de um viés que os associa ao desvio moral. Entretanto, o preconceito também os associou por muito tempo como indivíduos que passam por um processo de desvio mental, fazendo assim com que as identidades transexuais sejam patologizadas. Esse tipo de crença pode se relacionar com o componente cognitivo do preconceito, contribuindo, assim, para a tendência afetiva e comportamental que acompanham o fenômeno. Em outras palavras, os aspectos cognitivos negativos direcionados às pessoas transexuais, contribuem com os afetos negativos acerca do objeto, corroborando em ações discriminatórias contra esse grupo.

Dessa maneira, a patologização das identidades transexuais se manifesta a partir de um “discurso normatizador do qual se constituem práticas reguladoras legitimadas por uma matriz de normas de gênero que impõem o desejo heterossexual, fazendo com que as identidades de gênero mantenham-se binárias e inteligíveis” (Padilha & Palma, 2017. p. 2). Deste modo, por implicar arranjos fora do padrão aceito pela sociedade, sendo assim atravessados por polêmicas referentes, especificamente à patologização das identidades transexuais, os temas relacionados a gênero e sexualidade são cada vez mais relevantes socialmente.

A patologização das identidades transexuais é evidenciada na presença do termo “transexualismo”, na 10ª edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e

Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10). O sufixo “ismo” utilizado se refere à doença no campo da ciência médica e o termo é definido pelo manual como doença mental, atribuindo-se a um “sentimento de mal-estar ou inadaptação por referência ao seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado” (OMS, 1994, p.42). Em contrapartida, o termo transexualidade caracteriza a identidade transexual no campo da Diversidade Sexual e de Gênero (DSG). No Brasil, o Conselho Federal de Medicina nomeia a transexualidade como doença e aponta quais as cirurgias e tratamentos hormonioterápicos viáveis, bem como define os critérios para o diagnóstico através da Resolução n.º 1.652/2002, instituindo o diagnóstico de transexualismo como uma das condições para a execução da cirurgia de transgenitalização (Arán & Murta, 2009).

Após 28 anos do lançamento da 10ª edição do CID, a OMS apresentou uma nova edição na qual a transexualidade perde a conotação de “doença mental”. Contudo, permanece incluída como “incongruência de gênero”. Nesta atualização, denominada de CID-11, a transexualidade compõe um novo capítulo chamado “condições relacionadas à saúde sexual” e é denominada “incongruência de gênero” (Leite & Lerner, 2019). A patologização da diversidade sexual e de gênero também se apresenta no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que até 1973 identificava a homossexualidade como doença mental. Com relação à transexualidade, o DSM a caracterizava, inicialmente, como desvio sexual, alterando-a para disforia de gênero em sua 5ª edição, publicada em maio de 2013. Para o DSM, a disforia seria o “descontentamento afetivo/cognitivo de um indivíduo com o gênero designado” (DSM-V, 2014, p. 451).

Fonseca (2018), destaca que as legitimidades concedidas às identidades cisgênero as diferenciam das identidades transexuais, uma vez que, na norma binária de gênero, são construídas as produções de saber determinantes sobre quem deve existir e quem deve ser

silenciado ou eliminado e, por isso, a patologização das identidades transexuais surge como um produto dessa norma, se apresentando assim como um mecanismo de marginalização dessa população, posto que estabelece uma separação entre o que é normal e patológico.

Para Bento (2008),

A patologização das identidades autoriza, confere poder àqueles que estão no centro para realizar com as próprias mãos a “assepsia” que deixará a sociedade livre da contaminação. É a patologização das identidades distribuindo humanidade, proferindo sentenças e castigos aos que ousaram romper a lei (Bento, 2008. p. 136).

As experiências das identidades transexuais, segundo Tenório e Prado (2016), não correspondem ao conceito de patologia ou de psicopatologia, uma vez que a vivência transexual não cabe em critérios diagnósticos. Sendo assim, a patologização das identidades transexuais fundamenta-se na manutenção das hierarquias do poder científico que se manifestam como uma sistematização das normas sociais que desconsidera a apropriação de conhecimento acerca das experiências de pessoas transexuais.

Ante a patologização da transexualidade, as pessoas transgênero são excluídas socialmente, desde os ambientes escolares ao mercado de trabalho, sofrendo com a falta de visibilidade, com o preconceito, o estigma, a exclusão e a violência, e lutando pelo reconhecimento social da sua identidade. No Brasil, tal como destaca Bortoni (2017), esta realidade de sofrimento, preconceito e violência experimentada por essas pessoas fica evidente ao se considerar a expectativa de vida dessa população, que é de 35 anos, sendo a metade do tempo de vida do brasileiro.

Partindo desse viés, Sales *et al.* (2016) questionam: “com o sangue de quem foram escritos os manuais nosográficos que patologizam expressões de gêneros e pautam a atuação

dos profissionais em saúde?” (p. 8). O processo da patologização e das identidades transexuais acarreta diversos prejuízos às pessoas desta comunidade, uma vez que as mesmas têm seus direitos negados, bem como sua dignidade e a autonomia sobre seus próprios corpos (Tenório & Prado, 2016).

Amaral (2011) afirma que a psiquiatrização da transexualidade repercute na desordem entre identidades e corpos que não correspondem à normatividade com uma condição patológica destes, representando um paradigma binário que pressupõe um sofrimento mental como uma consequência da separação entre sexo e gênero. Por isso, combater a patologização dos corpos *trans* constitui em promover a autonomia dos indivíduos desta comunidade a respeito de suas próprias narrativas, e também, entende-se que pode mitigar ações preconceituosas contra as pessoas *trans*.

1.3 Impacto do preconceito na saúde mental de indivíduos transexuais

Tomando ciência sobre as diversas formas de violência sofridas pela população transexual, cabe destacar o alerta feito a partir da manifestação de movimentos LGBTQIA+ sobre a vulnerabilidade deste grupo, cuja realidade é evidenciada a partir de pesquisas acadêmicas (Bonassi *et al.*, 2015). Estudar o preconceito contra as pessoas transexuais é importante para a compreensão de como ocorre a repercussão de tais aspectos no que diz respeito à saúde mental desta população. Para Hendricks e Testa (2012), além dos fatores que compõem os estressores gerais da vida, as pessoas *trans* estão expostas em altas proporções à discriminação, violência e rejeição acerca da sua identidade ou expressão de gênero. Sales *et al.* (2016) assinalam que os gêneros que ultrapassam as demarcações predeterminadas sofrem violência, sendo excluídos dos diversos setores sociais, a partir de procedimentos coercitivos que intencionam seguir os mesmos critérios de regulação, em esferas mais ou menos

extremadas.

De acordo com Meyer (2003), o conceito de Estresse de Minorias (EM) pode explicar os impactos negativos na saúde mental de um grupo em posição de vulnerabilidade social. A teoria que explica o EM foi utilizada inicialmente para explicar os efeitos negativos referentes à saúde mental de pessoas lésbicas, gays e bissexuais, mas seu conceito vem se aperfeiçoando de modo a abarcar outros grupos minoritários, como a população *trans*, a qual o presente estudo se debruça (Hendricks & Testa, 2012). Dessa forma, o EM é utilizado para explicar tanto os processos de estigmatização, como a forma que estes podem relacionar-se com as repercussões negativas no que concerne à saúde mental LGBTQIA+ (Pachankis et al., 2020). Além disso, o EM esclarece que o acúmulo de status de minoria (como classe social, raça/etnia e condição sexual) acarreta maiores danos à saúde mental do indivíduo.

Pode-se afirmar que a marginalização dessa população é algo presente nas diversas estruturas sociais, uma vez que dificilmente encontram-se em posições de destaque. “As negociações que vão atravessando essas ampliações das existências, para garantir os direitos básicos dessas pessoas, muitas vezes alocadas em grupos reconhecidos como marginais, têm aspectos políticos e de resistência” (Barreto *et al.*, 2018). Entende-se que, para muitas travestis e transexuais, a prostituição acaba por ser um lugar de reconhecimento e (re)afirmação da sua identidade e existência, uma vez que nos demais espaços sociais há a predominância do preconceito de exclusão desses corpos, limitando as condições básicas de saúde como educação e emprego (Benedetti, 2005; Barreto *et al.*, 2018).

Cosme *et. al.* (2017), constataram em seu estudo que a discriminação e violência são manifestas na rejeição social de pessoas *trans*, mas também nos serviços de saúde e repercutem na saúde mental destes indivíduos. A vulnerabilidade, em especial a violência e o preconceito, produzem situações de agravamento em sua condição de saúde e saúde mental, trazendo danos psicológicos que correspondem a sintomas depressivos, crises de ansiedade e ideação suicida,

que muitas vezes levam tais sujeitos a recorrer ao uso abusivo do álcool e das drogas, aumentando os níveis de vulnerabilidades que as expõem aos riscos de estigmatização, violências, exclusão e morte, assim como de exposições a infecções às hepatites e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) (Peres, 2010).

Os indivíduos transgêneros, especialmente os jovens, configuram-se como suscetíveis a piores condições de saúde mental, com predisposição a desenvolver depressão, ansiedade, autoflagelação e comportamento suicida, quando comparados à população cisgênera. Com relação ao suicídio dessa população, Schumann e Martini (2016) apontam que os principais fatores de risco ocorrem em dois níveis: o individual, que pode caracterizar-se pela depressão e pelo sofrimento psíquico que advém de questões pessoais; e o coletivo, identificado a partir do preconceito, da discriminação e da rejeição, destacando as condições sociais enfrentadas por esta população. As autoras destacam ainda que, o reconhecimento desses indivíduos como seres anormais e doentes é “a causa de exclusão social, do abandono familiar, da marginalização, do recolhimento e finalmente, do suicídio” (p.7).

Sendo assim, é notável que existem grandes impactos na vida do indivíduo transexual, ao que diz respeito às decorrências do preconceito e situações de violência enfrentadas por estes, o que se evidencia no alto índice de suicídio desta população. No estudo realizado por Corrêa *et al.* (2020), com 154 participantes transexuais, foi constatado que 48,3% possuíam ideação suicida e 23,8% tentaram suicídio, demonstrando assim que os níveis mais altos de ideação e tentativas suicidas são mais presentes em pessoas transgênero do que na população geral.

À vista disso, destaca-se a necessidade de uma assistência qualificada e a criação de políticas públicas que garantam a segurança e integridade dessa população são significativos ao que diz respeito também à promoção de saúde mental para a comunidade *trans*, a fim de diminuir (ou compensar) os impactos negativos na vida desses indivíduos e restabelecer a

dignidade, que lhes é de direito.

Portanto, visando entender como a transexualidade é representada por estudantes universitários, o presente estudo buscou aporte na Teoria das Representações Sociais (TRS), possibilitando assim analisar as representações sociais elaboradas por esse grupo acerca da transexualidade, a fim de analisar suas perspectivas e identificar os conteúdos que lhes são constatados acerca do objeto. Dessa forma, a TRS promove a apreensão da interpretação dos próprios participantes da realidade que se planeja pesquisar, possibilitando assim, a assimilação dos comportamentos de um determinado grupo social frente a um objeto psicossocial.

CAPÍTULO 2

Representações Sociais e a transexualidade

2.1. A teoria das Representações Sociais

A representação é um conceito que vem sendo construído ao longo do tempo e desdobra-se a partir da noção de representação individual, dirigindo-se à de representação coletiva e social. Sendo uma capacidade mental inerente a todo ser humano, a representação atribui ao sujeito, a capacidade de transformar os objetos de conhecimento em imagens mentais (Fogaça, 2003). Além disso, é um operador que permite cristalizar as ações em um conjunto de indivíduos, formando uma unidade exterior (Rêses, 2003).

Weber (2002) pensava a representação como um quadro de referência e vetor da ação dos indivíduos, um saber comum que antecipa e prescreve o comportamento. Para o autor, a ação social é a conduta humana composta de sentido subjetivo e pode manifestar-se a partir da ação racional com relação à afins, ação racional com relação a valores, ação afetiva e ação tradicional. É a partir do conceito de ação social que para Weber a representação se constitui a partir das relações individuais, pelas quais os conjuntos das ações sociais formam o coletivo.

Já em Durkheim, a representação revela o elemento simbólico da vida social. O autor traz a noção de representação coletiva, como uma ideia de um objeto compartilhado pelos indivíduos, uma vez que se entende o fato social a partir de uma composição de relações coletivas externo aos membros da sociedade e que desempenha autoridade sobre estes, visto que os induz a pensar, agir e sentir de uma determinada maneira. As representações coletivas são, portanto, uma das expressões do fato social e o meio pelo qual a sociedade se torna consciente de si mesma e representa o que tem de próprio, a saber: seus rituais e práticas. (Amaral Afonso, 2020).

Moscovici excede a este conceito, uma vez que chama a atenção para a capacidade que os indivíduos, sujeitos e grupos têm de interferir nesses processos representacionais e também de reconduzi-los (Zucco & Ferreira, 2018). Portanto, ao contrário do que defendia Durkheim,

a representação social, na concepção de Moscovici, não é formada simplesmente a partir da vontade da coletividade, mas pelas relações individuais e coletivas, isto é, o sujeito não é apenas um reflexo da sociedade, mas um ser significativo, pois a sociedade constrói a história a partir de uma ideia, mas para essa construção é necessária a presença do indivíduo.

Moscovici inicia a discussão acerca das representações na década de 1960, propondo a Teoria das Representações Sociais (TRS), a partir do conceito de Durkheim e de sua re colocação como objeto da Psicologia Social e sendo assim um fenômeno de estrutura e qualidade psíquicas particulares. Bôas (2004) assinala que Moscovici, ao substituir o adjetivo “coletivo” por “social”, reconhece as representações como sendo concebidas pelos sujeitos com base no desenvolvimento compartilhado do conhecimento, reforçando assim a ideia de representação social como um conceito psicossocial.

No que diz respeito à origem das representações sociais, considera-se que estas perpassam as ideologias, valores, crenças, afetos e também a ciência. Possuem ênfase na comunicação, agrupando, dessa forma, sentimentos e indivíduos, pois só acontecem a partir da troca de ideias e sentimentos. Os estudos de representações sociais foram iniciados visando compreender o modo em que as teorias científicas, poderiam migrar para o senso comum e como se modificariam mediante esse percurso.

Para responder a esta questão, Moscovici (1984) denomina dois tipos de universos de pensamento, sendo estes o universo reificado e o consensual. O primeiro, é constituído pelo saber científico e corresponde ao que “se produzem e circulam as ciências e o pensamento erudito, em geral, com a objetividade, seu rigor lógico e metodológico, sua teorização abstrata, sua compartimentalização em especialidades e sua estratificação hierárquica” (Sá, 1993, p. 28). Assim, no universo reificado, os posicionamentos quanto ao conhecimento e práticas acerca da realidade são compreendidos como externos à elaboração social do indivíduo.

O universo consensual, por sua vez, também conhecido como senso comum, está presente nas interações cotidianas dos indivíduos e são versões contemporâneas acerca de um determinado saber. Alves-Mazzotti (1994) comenta serem as interações sociais que criam os universos consensuais nos contextos dos quais as novas representações vão sendo elaboradas e transmitidas. Assim, destaca-se o papel ativo dos sujeitos e os meios de propagação da representação, como responsáveis pela modificação do saber, que parte do universo reificado para o universo consensual, enfatizando, dessa forma, a relação constitutiva entre o individual e o social, construída e adquirida ao mesmo tempo.

Moscovici, descreve a representação social como uma “elaboração psicológica e social” e aborda sua constituição segundo a triangulação “sujeito-outro-objeto” (Moscovici *et al.*, 1970; Moscovici, 1984; Duveen & Moscovici, 2000). Entretanto, o autor não sistematizou uma definição para as representações sociais, mas as considera como sendo:

Um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida cotidiana no decurso da comunicação interindividual. São o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ainda ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (Moscovici, 1981, p. 181).

Sendo uma teoria do conhecimento humano, a TRS é entendida como uma das vias de apreensão do mundo concreto, circunscrito em seus alicerces e em suas consequências. Dispõe também como premissa a não separação do universo exterior e o universo interior do indivíduo ou grupo. Além disso, para o autor, o sujeito se constitui e, ao mesmo tempo, compreende a realidade e constrói a alteridade. (Moscovici, 1978). As representações sociais atuam ainda como guias de interpretação e organização da realidade, fornecendo os elementos para que os sujeitos se posicionem diante dela e definam a natureza de suas ações sobre essa realidade

(Torres & Neiva, 2011). Além disso, são “uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos, para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunidade que lhes concernem” (Sêga, 2000. p. 128). Especialmente, as representações sociais têm como finalidade, orientar e justificar atitudes e comportamentos.

Jodelet (2001) destaca as representações sociais a partir de três características significativas, sendo estas a vitalidade, a transversalidade e a complexidade. A sua vitalidade é demonstrada a partir do número de publicações e pela “diversidade de países onde é empregada e também pelas abordagens metodológicas e teóricas que inspira” (Jodelet, 2001. p. 23). A transversalidade diz respeito às relações variadas com uma diversidade de disciplinas e a complexidade diz respeito às atribuições no que consiste à sua definição e tratamento, tendo em vista a multiplicidade de métodos utilizados nas pesquisas relacionadas à teoria. Além disso, as representações são fenômenos complexos e ativos que agem na vida social, implicando assim sua relação com processos construídos por uma dinâmica social e psíquica, sendo elaborada por um sistema teórico.

As representações sociais possuem cinco características fundamentais: A primeira corresponde a que sempre a representação direciona-se a um objeto. A segunda aponta para a presença de um caráter imagético e propriedade de deixar intercambiáveis a sensação e a ideia, a percepção e o conceito. A terceira apresenta as representações a partir de um caráter simbólico e significativo. Além disso, a quarta aponta para o caráter construtivo, e a quinta característica identifica o caráter autônomo e criativo das representações (Jodelet, 1990).

Nas representações sociais, a comunicação possui papel fundamental, uma vez que assegura as trocas informais estabelecidas entre os grupos, garantindo a unidade e a identidade, além de servir como escapatória para sentimentos disfóricos que possam ser gerados a partir de ocorrências sociais pouco suportadas, ou mesmo ansiogênicas. Entende-se que não há grupos isolados na sociedade e, por isso, há uma interatividade e intersecção entre esses grupos,

que se contaminam entre si no que diz respeito aos saberes, valores, normas e conhecimentos (Jodelet, 2001).

Santos e Barros Dias (2015) destacam que, por orientar uma nova perspectiva dos sujeitos e objetos a que se propõe compreender, as representações sociais elucidam significativos elementos que contribuem no entendimento das construções sociais, e também colaboram para a caracterização de novas hipóteses, sobre uma gama de problemas que existem e podem ser identificados na sociedade atual. Nesse sentido, Abric (1994) destaca quatro funções das representações sociais: a de *saber* que permite compreender e explicar a realidade, a *identitária* que diz respeito à definição da identidade e proporciona a proteção da especificidade dos grupos, a de *orientação* que se relaciona às representações como guia dos comportamentos e das práticas sociais, fazendo assim com que os indivíduos entendam aquilo que é considerado aceitável ou não em um determinado contexto social e a *justificadora* que propicia, posteriormente, justificar comportamentos e tomadas de posição. Dessa forma, as representações sociais buscam preservar e reforçar a diferenciação social, além de reivindicar a discriminação e estereótipos, preservando assim, a distância social entre os grupos sociais (Abric, 1998).

Na TRS existem três modelos teóricos, sendo o primeiro, a abordagem processual ou sociogenética das representações sociais, tem como principal nome, o de Denise Jodelet da École des Hautes Études en Sciences Sociales e, assim como a proposta original de Moscovici, enfatiza os processos de construção das representações. O segundo modelo, a abordagem estrutural das representações, tem como principal pesquisador, o Jean-Claude Abric, da Université de Provence e traz como proposta, a descrição da estrutura interna das representações sociais. Dessa forma, o modelo enfatiza a dimensão cognitiva das representações. O terceiro e último modelo refere-se à abordagem sociodinâmica, em que o

autor principal, Willem Doise, de Genebra, traz uma vinculação ao estudo das relações sociais, apresentando assim, uma perspectiva mais sociológica na articulação das representações.

A *abordagem processual ou sociogenética* enfatiza o processo de constituição das representações sociais e objetiva, conforme destaca Silva (2010), trazer ao conhecimento do sujeito os componentes desconhecidos a partir da premissa de que aquilo que não é familiar, é também menos aceitável e por isso, ao incorporar em imagens concretas e compreensíveis, o indivíduo realiza uma transformação a fim de tornar a informação similar àquilo que já lhe é habituado. Portanto, considera-se o funcionamento cognitivo do indivíduo. Contudo, o funcionamento do sistema social também é considerado, uma vez que estes influenciam afetam sua concepção e estrutura, isto é, os processos individuais, interindividuais, intergrupais e ideológicos. Sobre o sistema social, Sêga afirma que:

O social intervém de várias formas: pelo contexto concreto no qual se situam grupos e pessoas, pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas (Sêga, 2000. p. 128).

Dessa forma, compreende-se as representações sociais como sendo concebidas tanto na esfera psicológica como na esfera social, proporcionando, dessa forma, uma ligação entre a subjetividade do indivíduo e sua relação e interação com os demais indivíduos, partindo da noção de que as representações expressam um consenso entre os indivíduos, visto que, como afirma Sá (1995), “o processo é responsável pelo enraizamento social da representação e de seu objeto” (p. 38). Tal processo de representação se dá a partir de duas formas (ou meios), as quais Moscovici (2003) destaca como sendo, a *ancoragem* e a *objetivação*.

A *ancoragem* relaciona-se à integração cognitiva do objeto representado na sistematização de um pensamento anterior e às transformações que lhe sucedem (Sêga, 2000; Chamon, 2006). Em outras palavras, é o processo de reconhecimento de objetos não familiares com base em categorias previamente conhecidas, o que implica ao fato de que, ao entrar em contato com algo desconhecido, ao invés de conhecê-lo, o indivíduo tenta reconhecê-lo, uma vez que tem em vista encontrar uma classificação para o objeto em categorias já existentes (Napolis, 2020). Sendo a ancoragem uma forma de classificar ou nomear algo, Moscovici (1978) destaca como um sistema de categorização em que as categorias são socialmente estabelecidas. Chamon (2006), por sua vez, assinala o processo de ancoragem como um enraizamento social das representações sociais.

A *objetivação*, por outro lado, tem como finalidade modificar o que está no nível abstrato em algo concreto e objetivo. Para Moscovici (1978), a objetivação “faz com que se torne real um esquema conceptual, com que se dê a uma imagem uma contrapartida material” (p. 38).

O processo de objetivação esclarece a forma pela qual se estrutura a compreensão de um objeto e pode ser observada a partir de três etapas, a saber: a construção seletiva, a esquematização estruturante e a naturalização, uma vez que o indivíduo, a princípio, seleciona e descontextualiza os componentes a serem representados, reduzindo assim as informações, as quais são fragmentadas a partir de um conhecimento prévio sobre o objeto, no que diz respeito à experiência e valores. (Jodelet, 2001; Vala, 2000). Posteriormente, os componentes são reagrupados a fim de se tornarem o centro figurativo das representações. Tais meios conduzem ao núcleo da representação. Dessa forma, o objeto que outrora era desconhecido, passa a ser destrinchado e recomposto, tornando-se por fim objetivo e tangível, ao passo em que assume uma significação natural. O processo de ancoragem é então a forma que o conhecimento se

estabelece no social e a ele regressa, sendo assim o meio de significação do objeto (Moscovici, 2003).

Tanto o processo de ancoragem quanto o de objetivação, são formas específicas nas quais as representações sociais estabelecem mediações, posto que trazem para um nível quase material a produção simbólica de uma comunidade e dando conta da concreticidade das representações (Jovchelovitch, 2009). Enquanto a objetivação visa criar a realidade, a ancoragem diz respeito à intervenção no que diz respeito à atribuição de significado para esta realidade.

A *abordagem estrutural das representações*, conhecida também como a Teoria do Núcleo Central (TNC) ou como a Escola do Midi, foi proposta por Jean-Claude Abric e direciona-se aos processos cognitivos. Abric considera as representações como sendo estruturadas a partir de um *núcleo central* e *elementos periféricos*, referentes às características individuais e ao contexto imediato, específico, sendo o núcleo definido pela natureza do objeto representado, pela forma em que o grupo se relaciona com o objeto e pelo conjunto de valores e normas sociais estabelecidas no contexto ideológico do grupo (Abric, 1998)

De acordo com Abric (1994), o núcleo central possui como funções essenciais a geradora, que cria ou modifica os elementos característicos da representação social e a organizadora, que determina a natureza das conexões entre os elementos de uma representação, sendo, dessa forma, estabilizador, visto que os elementos que o compõem são os mais resistentes à mudança.

Convém destacar que, como Mazzotti (2002) assinala, o núcleo central associa-se diretamente com as condições históricas, sociológicas e ideológicas. Consequentemente é então marcado a partir da memória coletiva do grupo e também pelo conjunto de normas em que está atribuído. Sendo assim, o núcleo central corresponde ao ponto comum de significação entre os membros de um grupo.

Os elementos periféricos estão diretamente ligados ao núcleo central, uma vez que este os organiza. Trata-se de elementos mais concretos e flexíveis. De acordo com Abric (1998), os elementos periféricos “permitem modulações pessoais em referência ao núcleo central comum, gerando representações sociais individualizadas” (p. 33). Assim, revelam a heterogeneidade do grupo social e suas discrepâncias. Além disso, o sistema periférico possui funções de concretização, regulação e defesa. A função de concretização, equivale à interação entre o núcleo central e a situação concreta em que a representação é concebida ou desempenhada. Tal sistema permite a formulação da representação concretamente. Já a função de regulação cumpre função primordial no que diz respeito à adaptação da representação às mudanças do contexto. Dessa forma, as informações novas ou as modificações do meio podem ser incorporadas na periferia da representação. Por último, a função de defesa, diz respeito à resistência à mudança e tem em vista proteger o núcleo central (Abric, 1998).

Assim sendo, apesar de possuírem um papel específico, ao considerar a representação social como uma entidade unitária, Abric (1998) destaca a complementaridade funcional de ambos os sistemas, o que ressalta, desse modo, importância no que diz respeito à investigação acerca da comparação entre duas representações ou circunstâncias sucessivas sobre uma mesma representação, no que diz respeito à articulação entre os dois sistemas internos e às associações entre representações e práticas sociais (Sá, 1996).

Por último, a *abordagem sociodinâmica* ou *societal*, tem seu foco nos quadros sociais das produções mentais, articulando, dessa forma, as representações sociais a partir de uma perspectiva mais sociológica. É prenunciada por Willem Doise e define o estudo das representações sociais a partir de uma análise de metassistema das relações sociais (Clémence *et. al.*, 1994).

Tal como afirma Almeida, (2009), a abordagem societal tem como finalidade destacar a integração social dos indivíduos como uma fonte de variação das representações. Além disso,

a abordagem objetiva articular o individual e o coletivo, desempenhando explicações de ordem individual e combinando com explicações de ordem societal a fim de comprovar que as dinâmicas sociais direcionam os processos que os indivíduos apreendem para poderem funcionar em sociedade.

Além disso, a abordagem societal também entende as representações sociais como princípios organizadores de tomada de posições, visto que sistematizam o modo em que os indivíduos compreendem as divergências sociais no contexto social, modulando-se também a partir de suas relações com os preceitos coletivos os quais lhes referenciam. Tais princípios organizadores dependem do conjunto de regras, normas e valores sociais ou, como denominam, do metassistema e dessa maneira, tornam-se o ponto de vista pelo qual as representações destas divergências sociais são formadas e conceituadas, interferindo assim, nos entendimentos acerca de como tais divergências podem ser reduzidas em suas consequências (Doise, 2011).

O papel da ancoragem é enfatizado por Doise (2010), que sugere três tipos de ancoragem que organizam as tomadas de posição individuais no âmbito das representações sociais, sendo estas a ancoragem psicológica, que se sustenta nos valores, atitudes e opiniões individuais, a ancoragem sociológica, que representa a pertença social dos indivíduos e a ancoragem psicossocial, sustentada na compreensão das relações sociais e nas integrações dissonantes da sociedade.

Além disso, o autor propõe também a inclusão de quatro níveis de análise em que o primeiro enfatiza os processos intra individuais, de modo a compreender a forma pela qual os indivíduos estruturam suas experiências com o meio. Já segundo refere-se aos processos interindividuais e situacionais, examinando os sistemas de interação a fim de alcançar princípios explicativos típicos das dinâmicas sociais. O terceiro está ligado aos processos intergrupais e considera as diferentes posições que os indivíduos desempenham nas relações sociais. Além disso, explora a forma que tais posições articulam os processos dos níveis

anteriores. Por fim, o quarto nível, destaca os sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais, assumindo dessa forma que as produções culturais e ideológicas dão sentido aos comportamentos dos indivíduos e constituem as distinções sociais, com base em princípios gerais (Almeida, 2009).

À vista disso, dada a relevância da Teoria das Representações Sociais, constatada a partir da exposição de suas principais correntes teórico-metodológicas, ao que se trata de compreender um objeto de estudo tão complexo quanto a transexualidade, a teoria apresenta-se como benéfica, uma vez que as representações sociais são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2001, p. 22). Portanto, a fim de investigar as representações por meio da estrutura e dos processos sociocognitivos que atuam na construção das representações sociais, neste estudo serão enfatizadas as abordagens processual, proposta por Jodelet e estrutural de Abric, considerando que o objetivo principal deste trabalho visa analisar as representações sociais acerca da transexualidade considerando os níveis de preconceito identificados por este grupo. O alcance do objetivo proposto se dará a partir da identificação dos processos sociocognitivos da representação social da transexualidade, além da identificação de sua estrutura, isto é, seus elementos centrais e periféricos. Assim, justifica-se a escolha das abordagens anteriormente mencionadas.

2.2 A transexualidade como objeto de Representação Social

A transexualidade tem sido palco de diversos debates no que diz respeito aos campos político, social e intelectual que acabam por ameaçar as noções imprescindíveis acerca do que se refere a gênero, sexo, sexualidade e identidade. Dessa forma, a transexualidade se relaciona direta e continuamente com a necessidade da garantia de autonomia por essa população (Petry

& Meyer, 2011). No Brasil, a transexualidade vem sendo constituída como objeto de políticas públicas, sobretudo no campo da saúde. No entanto, Silva Júnior (2020), destaca que essa autonomia supracitada advém também a partir das políticas educação e emprego e isso se concretiza a partir do acesso às ferramentas necessárias de garantia da integralidade dos direitos dessa população. A escassez de dados sobre essa população, por sua vez, impacta diretamente na efetividade de políticas por parte do Estado que visem a inclusão desse grupo (Almeida & Vasconcellos, 2018).

A importância de se investigar representações sociais sobre a transexualidade pode ser constatada no estudo de Matão *et al.* (2010), realizado com acadêmicos dos cursos de enfermagem e medicina, a partir do reconhecimento da TRS no que diz respeito à sua contribuição para o entendimento e análise das relações intergrupais, além da influência cultural na assimilação de valores e orientação de comportamentos. Os autores apontam ainda que conhecer as representações sociais contribui no entendimento do conteúdo e natureza da representação. Além disso, a partir da identificação das representações, é possível compreender as funções que estas assumem no universo cognitivo e social dos indivíduos pertencentes a um grupo. Isso porque, o sentido do mundo é obtido a partir das representações coletivamente elaboradas, possibilitando a transmissão desse sentido entre integrantes do grupo social, visto que estas podem orientar ações direcionadas ao objeto representado. Dessa forma, as representações sociais influem diretamente nas opiniões e condutas dos indivíduos e dos grupos (Araujo, 2018; Caravaca Morera, 2016).

Considera-se a formação de conhecimento na relação entre o universo reificado e o universo consensual supracitados, tendo em vista que, como afirma Camargo (1998), a ciência e o senso comum são mutuamente afetados. Assim, o universo consensual e o reificado relacionam-se dialeticamente. Dessa forma, considerando a formação do saber médico, a partir dos manuais científicos de diagnóstico acerca da experiência transexual, os quais tratavam estes

indivíduos mediante um viés de patologização de suas identidades, isto é, a geração de representações acerca desse grupo são advindas do universo reificado e migram para o universo consensual, modificando-se nesse processo de modo a contribuir para o preconceito contra esta comunidade.

Em contrapartida, a modificação e posteriormente retirada dos diagnósticos os quais patologizavam a transexualidade nos principais manuais, tais como DSM e CID, evidencia o impacto do universo consensual ao universo reificado, demonstrando a relação mútua entre ambos. Do mesmo modo, foram as representações negativas acerca das pessoas LGBTQIA+ que conduziram as condutas sociais de repressão e patologização da comunidade. Suas raízes podem ser identificadas em práticas religiosas, culturais e sociais e precederam a formação de saber, incluindo o saber médico acerca do tema, influenciando assim a criação e manutenção da patologização das identidades transexuais.

Acerca da patologização das identidades transexuais e sua associação à relação dos universos reificados e consensuais, destaca-se a versão revisada da quinta edição do DSM que indica, dentre os critérios para o diagnóstico de disforia de gênero, o critério B, que aponta o sofrimento clinicamente significativo, bem como o prejuízo no funcionamento das diversas áreas da vida do indivíduo, tais como a social e a profissional. Entretanto, o manual destaca que a presença de suporte social na transição acarreta menos sofrimento e problemas psicológicos, visto que apesar da manifestação do sofrimento em indivíduos transexuais ser associada a partir da incongruência entre o gênero atribuído ao nascimento e o gênero experienciado, “esse sofrimento pode ser mitigado por ambientes que apoiam e por saber que existem tratamentos biomédicos para diminuir a incongruência” (DSM-V-TR, 2023, p. 516). O manual também aponta que “as crianças e adolescentes que se sentem apoiados e aceitos em sua inconformidade de gênero podem apresentar menos ou até mesmo nenhum problema psicológico” (p. 515).

Em outras palavras, o sofrimento clinicamente significativo, o qual é critério diagnóstico para a disforia de gênero, pode ser atenuado, ou mesmo não existir quando há a presença de suporte social para o indivíduo, fazendo-se entender que o surgimento do transtorno se dá em ambientes os quais o preconceito se manifesta. Dessa forma, questiona-se portanto, se há ainda uma apropriação do saber médico a partir de uma classe dominante, acerca das identidades transexuais, e se o diagnóstico de disforia de gênero, apresentado ainda como um transtorno mental pelos manuais seria ainda um sinal da contínua patologização da transexualidade, visto que o critério de sofrimento apresentado pelo DSM (critério B), pode ser interpretado como um resultado do preconceito sofrido pelas pessoas transexuais e não como um sintoma direto correspondente à identidade *trans*. Entende-se que os indivíduos transexuais adoecem, não pela identidade que possuem, mas por viverem em uma sociedade transfóbica. Semelhantemente, os prejuízos apontados pelo manual que surgem como consequências da disforia de gênero, tais como “rejeição na escola, desenvolvimento de depressão, ansiedade, problemas com os pares e comportamentais e abuso de substâncias” (p. 516) também podem ser compreendidos a partir do preconceito. Contudo, apesar das informações acerca do papel do preconceito e suas repercussões na vida dos indivíduos transexuais serem apresentadas no manual, o que representaria a formação do saber a partir do universo reificado, estas não migram adequadamente para o universo consensual, contribuindo para uma visão ainda patologizada da transexualidade, uma vez que, a disforia de gênero é ainda apresentada pelos manuais como um transtorno mental.

Apesar da relevância da discussão acerca do tema, poucos são os estudos nacionais e internacionais sobre o tema em questão, sobretudo no que diz respeito à TRS, dificultando as discussões comparativas acerca da transexualidade (Porcino *et al.*, 2018). Mesmo que seja objeto de discussões sociais e de estudos acadêmicos, a transexualidade ainda pode ser considerada um universo pouco conhecido. Ao identificar representações sociais de estudantes

concluintes do curso de enfermagem, por exemplo, Moreira e Gomes (2013) constataram a falta de conhecimento sobre a transexualidade como uma expressão plena da sexualidade. Assim, os autores destacam que as representações sociais evidenciam a necessidade da inclusão da transexualidade como objeto de discussão na formação acadêmica de discentes da área da saúde, sobretudo, ao enfatizar que estes devem ser instruídos a compreender as diferentes maneiras que envolvem o modo de ser e viver da população transexual.

Para compor o presente estudo, foi realizada uma busca nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico, LILACS e PePSIC, utilizando como referência os termos *representação social/representações sociais da/sobre transexualidade e transsexuality's social representation*.

Foram identificados poucos estudos especificamente voltados para a representação de estudantes universitários acerca da transexualidade. Contudo, os estudos encontrados sobre o tema, com base na Teoria das Representações Sociais, tratavam de um ponto comum, em grande parte no que diz respeito ao preconceito e a falta de espaço dessa população, marcada pela invisibilidade e violência. Por exemplo, o estudo realizado por Santos *et al.* (2014) com profissionais da saúde, destaca o termo “preconceito” como presente no núcleo central das representações dos participantes da pesquisa. Os autores destacam que essa representação ressalta a rejeição e estranheza não só para com esse grupo, mas para todos os que fogem à norma idealizada e construída social e culturalmente. Contudo, observam ainda que, apesar de os participantes do estudo não reconhecerem a presença do preconceito nos espaços e relações que envolvem os serviços de saúde, assimilam assim tal processo à sociedade como um todo. Isso porque, como afirma Coêlho (2018), A noção de representação social, manifesta a vivência do indivíduo acerca da realidade, posto que é a partir desta experiência que o indivíduo obtém compreensões e significados com base na sua inserção em um mundo social, compartilhando posições práticas com o grupo em relação a um determinado objeto.

Para Vitali *et al.* (2019), o estigma e preconceito contra a comunidade transexual se expressam não somente a partir da violência física ou psicológica, mas também a partir da marginalização, expondo tais indivíduos a vulnerabilidade social. Ademais, grande parte dos estudos encontrados discorreram também acerca da patologização das identidades transexuais, tendo em vista que por muito tempo a transexualidade foi tratada como doença pelos manuais diagnósticos e classificatórios. Essa patologização também pode ser entendida como uma manifestação de preconceito contra as pessoas transexuais, ressaltando assim a condição de vulnerabilidade desses indivíduos.

Dessa forma, ao considerar as implicações dessa perspectiva patologizante referente às identidades transexuais e o seu impacto na formação do senso comum, o presente estudo apresenta o pressuposto de que em caso de as representações sociais sobre a transexualidade apresentarem-se ancoradas na concepção de transtorno ou distúrbio mental, a hipótese norteadora aponta que essa ideia implica maior preconceito contra pessoas transexuais, isso porque, Matão *et al.* (2010), ao avaliar as representações sociais sobre a transexualidade, identificou que o entendimento do grupo estudado a associou ao desequilíbrio, considerando, desta forma, a transexualidade como uma doença. Tal classificação parte de um discurso biomédico e, dessa forma, a cirurgia de redesignação sexual, por exemplo, é vista como a correção fundamental que proporcione a adequação do corpo e mente do indivíduo (Petry & Meyer, 2011).

Em relação à patologização das identidades transexuais, Bento (2008) assinala que “definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-la, fixá-la em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para os seus conflitos” (p. 16). Portanto, a transexualidade deveria ser tratada não mediante um viés biomédico relativizador e patologizante, mas como uma questão autêntica que diz respeito às identidades de gênero, isso porque, como afirma Butler (2009), essa mesma patologização não considera o sofrimento

intenso e desconforto gerados pela própria norma. Carvalho *et al.* (2016) associam a patologização com a exclusão e a violência desse grupo, e destaca que essa forma de tratamento constituem-se como formas de punição para a comunidade transexual, inclusive a partir de um discurso médico patologizador, que corrobora com o discurso transfóbico, visto que estes indivíduos não correspondem ao padrão imposto socialmente.

Partindo dessa perspectiva, Bento (2006), em sua obra “a reinvenção do corpo”, discute e propõe a despatologização da experiência transexual, sugerindo que esta experiência passasse a ser abordada considerando o paradigma das questões de gênero. Tilio e Calegari (2019) também discutem a despatologização das identidades transexuais e afirmam que esta pode contribuir para a atenção e cuidado integral dos indivíduos transsexuais.

Diante da relevância do tema, questiona-se, portanto, se as representações sociais acerca da transexualidade elaboradas por estudantes universitários, sofrem influência do preconceito, significado a partir da patologização das identidades transexuais. Assim, para responder essa questão, este trabalho objetivou analisar como estudantes universitários representam o objeto de estudo, como se estruturam essas representações e em que estão ancoradas e objetivadas.

Sendo assim, analisar as representações sociais que os estudantes universitários possuem acerca da transexualidade é fundamental para compreender como estes assimilam os fatos que ocorrem ao seu redor, como os entendem e os expressam através da comunicação e dos comportamentos. A escolha desse grupo visou ampliar as percepções acerca das representações sociais sobre a transexualidade para as diversas áreas de conhecimento presentes no contexto universitário, considerando que os estudos anteriormente realizados com essa mesma categoria, consideraram sobretudo a área da saúde como principal campo de investigação.

Considerar as representações sociais desse grupo social visa explorar a relação entre a realidade e a interpretação desse grupo para com o objeto. Não obstante, este estudo tenciona

dispor fundamentos com o objetivo de compreender e influenciar a criação ou melhoria de políticas públicas para a população transexual, no que diz respeito a proporcionar para esta comunidade, espaços de visibilidade e empoderamento.

CAPÍTULO 3

Objetivos e Método

3.1 Objetivos

3.1.1 *Objetivo Geral*

- Analisar as representações sociais acerca da transexualidade elaboradas por estudantes universitários, considerando os níveis de preconceito identificados por este grupo.

3.1.2 *Objetivos específicos*

- Conhecer a estrutura da representação social sobre a transexualidade;
- Identificar os processos sociocognitivos, ancoragem e objetivação, que constituem essa representação;
- Investigar evidências de preconceito no conteúdo das representações;
- Verificar níveis de preconceito contra a diversidade de gênero entre os participantes;
- Comparar as representações sociais dos participantes a partir dos níveis de preconceito.

3.2 Método

3.2.1 *Tipo de Estudo*

O estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter descritivo, utilizando o método de abordagem mista, visto que incorpora as abordagens qualitativa e quantitativa dos dados. A principal intenção do estudo é o levantamento de dados acerca do tema da Transexualidade. De acordo com Santos *et. al* (2017), a análise de dados realizada a partir de

métodos mistos tem crescido cada vez mais, visto que a combinação de métodos fornece a possibilidade de investigação de fenômenos complexos.

Dessa maneira, visando a apreensão das representações sociais no que se refere à transexualidade, o presente estudo foi realizado utilizando o método misto com *estratégia aninhada concomitante*, implicando assim na coleta simultânea dos dados qualitativos e quantitativos e priorizando a interpretação dos elementos textuais e visuais.

3.2.2 Participantes

A partir das análises realizadas, observa-se que esse estudo foi composto por um total de 200 participantes, possuindo idade entre 18 e 59 anos e uma média de idade de 26 anos, sendo a maioria solteira, vivendo com até 1 salário mínimo e residentes, em sua maioria, na região Nordeste do Brasil. Com relação ao gênero, grande parte declarou se identificar como mulher cisgênero. Além disso, a maioria reconhece sua sexualidade como heterossexual. A área de conhecimento mais predominante entre os participantes é a de Humanas, sendo grande parte, estudantes universitários de instituições públicas cursando entre o 7º e o 10º período da graduação.

A escolha de estudantes universitários como participantes deste estudo se deu a partir da percepção de que grande parte dos estudos anteriores sobre representações sociais de estudantes acerca da transexualidade foram realizados com estudantes da área da saúde, surgindo assim a necessidade de investigar a representação de estudantes de outras áreas de conhecimento acerca do objeto. Os participantes se disponibilizaram a participar da pesquisa voluntariamente, compondo assim uma amostra de conveniência. O consentimento da

participação foi concebido através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A escolha do número de participantes foi considerada a partir do critério de saturação (Sá, 1998), que institui que a quantidade determinada de participantes, demonstra uma representação igual ou semelhante à que seria demonstrada por um grupo maior. Conforme o critério de saturação, a definição do tamanho amostral pela saturação teórica corresponde a um processo contínuo de análise dos dados que inicia no processo da coleta. Dessa forma, o número de participantes é definido a partir da suspensão de inclusão de novos participantes a partir da identificação de certa redundância ou repetição nas informações obtidas pelos participantes. (Fontanella & Turato, 2008). Assim, a saturação teórica, da qual esse estudo se utilizou, pode ser compreendida a partir da constatação do não surgimento de novos fatos, sendo entendido, portanto, que as ligações entre os conceitos que formam a teoria foram verificados, sem a necessidade de nenhum acréscimo de dados. Dessa forma, compreendeu-se a correspondência de um total de 200 participantes para a composição desta pesquisa, considerando a repetição dos conteúdos identificados nas respostas dos participantes.

3.2.3 Instrumentos e análise de dados

Para a coleta de dados do presente estudo, foram utilizados como instrumentos: (a) questionário sociodemográfico; (b) Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP); (c) Escala de Preconceito Contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R). Em cada instrumento, foi utilizada uma técnica diferente de análises de dados, citadas a seguir.

a. Questionário sociodemográfico/Análises estatísticas descritivas

Visando a caracterização da amostra deste estudo, foi construído um questionário sociodemográfico que abordou questões a respeito da idade, estado civil do participante, renda familiar, área de conhecimento do curso de ensino superior, natureza da instituição, período do curso do qual está cursando, além de questões a respeito do gênero, orientação sexual do participante. Os dados foram analisados mediante estatística descritiva, com cálculos de frequência simples, realizada no Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS) para windows 10 - versão PASAW 21.0

b. Técnica de Associação Livre de Palavras/Análise prototípica no IRAMUTEQ

O objetivo de identificar e descrever a estrutura da representação social da transexualidade elaborada por estudantes universitários foi possível de ser alcançado através da utilização da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP). Esta técnica é utilizada com frequência nos estudos que envolvem as representações sociais e caracteriza-se por solicitar aos participantes a evocação do que lhes vêm à mente, ao serem colocados diante de um estímulo indutor. Este estímulo, em geral, diz respeito ao objeto de representação social do qual o estudo se direciona.

No presente estudo, a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) teve como estímulo indutor **transexualidade**, sendo solicitadas 5 evocações, através das quais foi possível identificar e descrever a estrutura da representação social sobre o estímulo, no contexto universitário e, paralelamente, comparar as estruturas das representações e estabelecer a compreensão do universo representacional destes estudantes.

Assim, após a aquisição das evocações dos participantes, foi utilizado para a análise textual o *software* IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), desenvolvido por Pierre Ratinaud, pesquisador francês. Sendo um software gratuito, o presente estudo considerou a acessibilidade e possibilidade de análises para a sua utilização. Na análise da Associação Livre de Palavras, foi utilizada a análise de matrizes do IRAMUTEQ, que diz respeito às variáveis categoriais e listas de palavras específicas para que se analisem os materiais gerados por evocações livres. Dessa forma, foi utilizada, além da análise de frequências múltiplas, a análise prototípica.

A **análise prototípica**, desenvolvida por Vergès (1992), corresponde a uma técnica utilizada para descrever a estrutura de uma representação social, no que concerne ao levantamento de evocações de palavras. É um método realizado em duas etapas, sendo que na primeira é utilizado o cálculo de frequências e ordens de evocação e na segunda, geram-se categorias que englobam as evocações, avaliando suas frequências, composições e coocorrências.

Nesta análise, o *software* IRAMUTEQ organiza as palavras evocadas em um diagrama de quatro quadrantes, conforme a frequência e a ordem média de evocação. Assim, é demonstrado graficamente as palavras pertencentes ao núcleo central e ao sistema periférico das representações. O primeiro quadrante, posicionado à parte superior esquerda do diagrama, aponta as palavras que possuíram maior frequência e baixa ordem de evocação. O segundo, localizado na seção superior direita, equivale à primeira periferia e indica as palavras de alta frequência, mas que não foram evocadas de imediato. O terceiro quadrante, situado na parte inferior esquerda, corresponde à zona de contraste, que equivale às palavras, que foram evocadas de imediato, mas com uma frequência abaixo da média. Por fim, no quarto quadrante, posicionado na seção inferior direita, localiza-se a segunda periferia, que diz respeito às

palavras que obtiveram uma menor frequência e que não foram evocadas de imediato (Sousa *et al.*, 2020).

c. Questões acerca da Transexualidade (abertas e fechadas)/Análises estatísticas descritivas e Análise Temático-Categorial de Bardin

As questões dissertativas foram utilizadas a fim de atender o objetivo deste estudo, isto é, conhecer os conteúdos representacionais elaborados pelos participantes acerca da transexualidade, considerando a identificação do preconceito contra o objeto de estudo em questão e a associação deste com um transtorno ou distúrbio psicológico. As perguntas foram elaboradas para esta pesquisa e dizem respeito à identificação do preconceito direcionado à transexualidade “Para você existe preconceito quanto à transexualidade?” e à associação da transexualidade com transtornos mentais “Para você, a transexualidade está relacionada a um transtorno ou distúrbio psicológico? Justifique sua resposta”.

Para a análise das questões fechadas, foi utilizada a estatística descritiva, com cálculos de frequência simples, realizada pelo Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS) para Windows 10 - versão PASW 21.0. Foi também utilizada a Análise de Conteúdo Temático-Categorial de Bardin (2011), a partir do *corpus* gerado com base nas respostas dos participantes acerca da justificativa requerida na segunda questão, que visava solicitar aos respondentes a explicação da relação/não relação da transexualidade com transtorno ou distúrbio psicológico foi gerado um *corpus* único, que foi dividido em categorias e subcategorias *a posteriori*, para possibilitar a análise.

d. Escala de Preconceito Contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R) / Estatísticas descritivas e inferenciais

Para verificar a presença de preconceito nos participantes e, portanto, cumprir com os objetivos propostos, foi utilizada, com a permissão do autor responsável, a Escala de Preconceito Contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R) (Anexo A) validada e revisada por Costa *et al.* (2016), com estrutura bifatorial e que possui alfa de Cronbach equivalente a 0,93. O instrumento é formado por um total de 18 itens avaliados em uma escala Likert que varia de 1 a 5, conforme a presença ou a intensidade de uma resposta afirmativa (1= discordo totalmente; 2= discordo parcialmente; 3= nem concordo, nem discordo; 4= concordo parcialmente; 5= concordo totalmente). A avaliação de fidedignidade dos itens da escala apresentou um alfa de Cronbach de 0,93. Os itens deste instrumento indicam o preconceito geral contra a diversidade sexual e de gênero, mas também podem ser considerados para a análise individual dos dois fatores (sexualidade e gênero). Deste modo, o presente estudo utilizou apenas os 10 itens que investigam o preconceito relacionado à não conformidade de gênero e transexualidade.

Para esse instrumento foram realizadas análises estatísticas descritivas através do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS) para Windows 10 - versão PASAW 21.0, como cálculos de frequências e medidas de tendência central como média, desvio padrão e mediana.

3.2.4 Considerações éticas e procedimento de coleta de dados

Devido à prevalência da Pandemia de Covid-19 no decorrer da realização do presente estudo, os procedimentos para a coleta de dados foram realizados no período de outubro de

2021 a abril de 2022 por meio de um formulário concebido de modo online. A divulgação da pesquisa ocorreu mediante grupos com estudantes universitários em redes sociais, onde foi realizada a captação dos participantes. Salienta-se a imprescindibilidade do caráter confidencial, voluntário e anônimo da participação, que foi respeitado durante todo o processo de coleta e tendo como primordial a solicitação da concordância em fazer parte da pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Além disso, a pesquisa foi conduzida considerando os princípios éticos estabelecidos pelas Resoluções n.º 466/12 e n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que rezam sobre a ética em pesquisa que envolvem seres humanos. Por fim, a pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba - CEP/CCS sob o parecer de n.º 5.002.737, CAAE: 51542521.5.0000.5188 (Anexo B).

CAPÍTULO 4

Apresentação e discussão dos resultados

O presente capítulo traz os resultados obtidos por meio dos dados coletados a partir do **Questionário Sociodemográfico**, da **Técnica de Associação Livre de Palavras**, das **Questões Abertas Fechadas** e da **Escala de Preconceito Contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R)**. Para serem apresentados didaticamente, serão informados inicialmente os dados sociodemográficos e as questões fechadas. Em seguida, os dados da escala EPDSG-R e por último, serão descritos os resultados da TALP, cujo estímulo utilizado foi TRANSEXUALIDADE.

4.1 Questionário Sociodemográfico e Escala de Preconceito Contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R)

Os dados sociodemográficos coletados, possibilitaram o levantamento de informações correspondentes às características dos participantes deste trabalho, objetivando o conhecimento do grupo social em que se demonstram as representações sociais às quais se referem o presente estudo. Todas as informações coletadas e descritas na Tabela 1 foram examinadas a partir de estatística descritiva, isto é, os cálculos de frequências, média e desvio padrão (DP).

A partir das análises realizadas, observa-se que os participantes desse estudo possuem a idade entre 18 e 59 anos e uma média de idade de 26 anos, sendo a maioria solteira (75%), vivendo com até 1 salário mínimo (51,5%) e residentes, em sua maioria, na região Nordeste do Brasil (54%). Com relação ao gênero, grande parte declarou se identificar como mulher cisgênero (65,5%). Além disso, a maioria reconhece sua sexualidade como heterossexual (55%). A área de conhecimento mais predominante entre os participantes é a de Humanas (55,5%), sendo grande parte, estudantes universitários de instituições públicas (82%) cursando entre o 7º e o 10º período da graduação (38,5%).

Tabela 1 - Frequências dos dados sociodemográficos das participantes. N=200

Dados sociodemográficos	F
Faixa etária	
18 a 23 anos	97
24 a 29 anos	56
30 a 36 anos	23
37 a 42 anos	6
43 a 48	8
49 a 59	10
Média de idade dos participantes	26,66(DP=8,88)
Gênero	
Homem cisgênero	53
Mulher cisgênero	131
Pessoa não-binária	15
Travesti	1
Estado Civil	
Casado(a) / União estável	46
Separado(a) / Divorciado(a)	3
Solteiro(a)	150
Viúvo(a)	1
Sexualidade	
Assexual	6
Bissexual	39
Heterossexual	110
Homossexual	33
Não identificado	3
Panssexual	9
Região	
Centro-Oeste	3
Nordeste	109
Norte	5
Sudeste	43
Sul	40
Área de Conhecimento	
Artes	3
Ciências Biológicas	13
Exatas	41
Humanas	111
Saúde	32
Período	
1º a 3º Período	64
4º a 6º Período	59
7º a 10º Período	77
Instituição	
Privada	36
Pública	164
Renda aproximada	
Até 1 salário mínimo	103
Até 2 salários mínimos	35
Até 3 salários mínimos	22
Até 4 salários mínimos	13
Acima de 4 salários mínimos	27

Diante dos dados que caracterizam a amostra deste estudo, observou-se que grande parte dos estudos semelhantes, foram realizados com estudantes universitários da área da Saúde, como o de Matão *et al.* (2010), que teve como participantes, estudantes de Enfermagem e Medicina. Neste estudo, que foi desempenhado com estudantes de duas universidades, sendo uma pública e a outra privada, sua análise sociodemográfica referente aos estudantes de enfermagem identificando a maioria dos participantes do curso como sendo pessoas do sexo feminino e solteiras, com uma idade média de 24 e 26 anos, respectivamente. Os participantes da instituição pública, assim como os do presente estudo, identificaram sua renda referente a 1 salário mínimo. Assim, os estudantes do curso de Enfermagem possuem um perfil semelhante ao do presente estudo. Com relação aos estudantes de Medicina, sua maioria foi identificada como sendo do sexo masculino e solteiro, sendo a renda referente a 2-3 salários mínimos.

No que se refere à questão de gênero, o presente estudo traz, acerca de seus participantes, a prevalência de pessoas identificadas como cisgênero, sendo a maioria mulheres e quanto à sexualidade, grande parte dos respondentes identificaram-se como sendo heterossexuais. A identificação dos participantes deste estudo no que se refere à prevalência da identificação de gênero e sexualidade chama a atenção quando se observa nos dados da Escala de Preconceito Contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R).

Considerando os estudos supracitados acerca das relações intergrupais, tendo em vista que os participantes, em sua maioria, correspondem a um grupo dessemelhante ao identificado como constituinte do objeto de estudo desta pesquisa, em termos de gênero e sexualidade, presumia-se que os resultados da escala EPDSG-R estariam equivalentes à proximidade de níveis mais altos de preconceito, visto que parte do processo de categorização social corresponde à elaboração da diferença grupal.

Assim, a construção de uma imagem negativa acerca do exogrupo, de modo a o desvalorizar e o inferiorizar, ocorre como uma forma de proteção do endogrupo (Jodelet, 1998).

Contudo, as informações obtidas a partir da aplicação da escala neste estudo, apresentaram resultados desconformes a essa lógica de diferença grupal, tendo em vista que trouxeram indicações de níveis baixos de preconceito por parte dos respondentes no que diz respeito à transexualidade.

Tais resultados são, a princípio animadores, mas faz-se importante considerar que o recorte realizado pelo presente estudo, não representa integralmente a realidade do Brasil, que continua sendo palco para o extermínio de pessoas transexuais na atualidade. Dessa forma, entende-se que as mulheres *cisgênero*, pertencem a um grupo que historicamente, mesmo que em diferentes categorias que indivíduos *trans*, também sofrem opressões relacionadas ao gênero, através da violência, preconceito, alienação, sexismo, desvalorização, dentre tantas outras formas excludentes (Arruzza, 2015).

Ademais, são reconhecidas outras particularidades presentes nos participantes deste estudo, uma vez que em grande parte, são mulheres universitárias, com uma média de idade de 26 anos, no fim de suas graduações e, em sua maioria, de cursos na área de Humanas. Questiona-se então a discrepância dos dados, quanto aos níveis de preconceito, se a amostra fosse composta em sua maioria, por homens *cisgênero*, como também por participantes de outras áreas de ensino e de uma faixa etária distinta, por exemplo, refletindo assim em crenças mais coerentes com a realidade de extermínio de pessoas *trans* com a qual se defronta cotidianamente no país, visto que, como destacam Costa *et. al.* (2010), em seu estudo acerca da discriminação com relação à orientação sexual e identidade de gênero, os homens *cis* são identificados com discursos e comportamentos mais negativos que as mulheres, com relação às suas perspectivas direcionadas a pessoas LGBTQIA+, bem como as gerações mais velhas são mais negativas que as mais novas e, igualmente, pessoas com menores níveis de escolaridade também se posicionam de forma mais negativa face à questão.

Quanto às áreas de conhecimento, apesar de não haverem sido encontrados estudos

correlacionando níveis de preconceito contra pessoas transexuais com os diferentes cursos de graduação, foi possível constatar, através de estudos como os de Moreira e Gomes (2013); Matão et. al. (2010); Porcino (2018), realizados especificamente com estudantes na área da Saúde, níveis consideráveis de preconceito, a partir dos discursos dos participantes, que se manifestam tanto no desconhecimento sobre objeto de estudo, quanto em discursos estereotipados, comprovando assim a manutenção do preconceito contra pessoas transexuais. Os dados obtidos na aplicação da escala são descritos na Tabela 2.

Tabela 2 – Dados da Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R)
N=200.

Itens	Média
Os homens que se comportam como mulheres deveriam se envergonhar	1,37 (DP=0,852)
As crianças deveriam brincar com brinquedos apropriados para seu próprio sexo	1,51 (DP=1,143)
As mulheres que se veem como homens são anormais	1,37 (DP=0,881)
As meninas masculinas deveriam receber tratamento	1,40 (DP=0,966)
Os homens afeminados não me deixam à vontade	1,34 (DP=0,828)
Eu iria a um bar frequentado por travestis	1,63 (DP=1,109)
As mulheres masculinas não me deixam à vontade.	1,39 (DP=0,895)
Travestis me dão nojo	1,19 (DP=0,605)
Eu não consigo entender por que uma mulher se comportaria feito um homem	1,53 (DP=1,041)
Homens e mulheres deveriam ser proibidos de mudar de sexo	1,27 (DP=0,755)

A escala, validada para o contexto brasileiro e revisada por Costa *et al.* (2016), conta com um total de 18 assertivas, cujas respostas são distribuídas em uma escala Likert de 5 pontos, sendo 1 para “discordo totalmente” e 5 para “concordo totalmente”, correspondentes aos fatores gênero e sexualidade. Dessa forma, a partir de uma estrutura bifatorial, a escala

permite a utilização dos itens de sexualidade e gênero separadamente e, por isso, o presente estudo utilizou um total de 10 itens, correspondentes à investigação do preconceito dos participantes, relacionado à não conformidade de gênero e transexualidade. Destaca-se que o item 6 desta escala possui uma pontuação invertida e, por isso, para auxiliar a análise, os valores da escala likert correspondentes a este item foram ajustados conforme os demais itens.

Com base nos dados alcançados a partir da escala EPDSG-R, observa-se que o Alfa de Cronbach possuiu uma pontuação equivalente a 0,908. Os itens desta escala obtiveram neste estudo uma média que apresentou variância entre 1,27 (presente no item “homens e mulheres deveriam ser proibidos de mudar de sexo”) e 1,63 (presente no item “eu iria a um bar frequentado por travestis”), com desvio padrão (DP), que variaram entre 0,605 (presente no item “travestis me dão nojo”) e 1,143 (presente no item “as crianças deveriam brincar com brinquedos apropriados para seu próprio sexo”).

Os resultados da escala EPDSG-R apresentam o valor mínimo 1 e o máximo 5, referente a identificação do preconceito. Os dados obtidos por este estudo corresponderam à indicação de um nível baixo de preconceito contra a diversidade de gênero no que diz respeito ao total de participantes. Contudo, assinala-se que, em se tratando de uma medida de preconceito extremo, é considerável que qualquer valor acima do nível mais baixo pode ser considerado preocupante (Costa *et al.*, 2015)

4.2 Estruturas das representações sociais acerca da TRANSEXUALIDADE elaboradas por estudantes universitários (Análise Prototípica)

A partir da utilização da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), foi possível identificar e descrever a estrutura das representações sociais acerca da transexualidade, para que assim, houvesse uma melhor compreensão acerca do universo representacional do grupo

participante deste estudo. Foi realizada, dessa forma, a análise prototípica com o auxílio do software IRAMUTEQ, o qual elaborou um diagrama de quatro quadrantes para o estímulo em questão. A partir do diagrama, foi então estruturada a Figura 1, contendo as palavras evocadas pelo estímulo TRANSEXUALIDADE, bem como suas frequências e as ordens médias de evocação (OME).

TRANSEXUALIDADE					
Núcleo Central			Sistema Periférico Próximo		
F ≥ 30,86; OME > 2,94			F ≥ 30,86; OME > 2,94		
Evocações	F	OME	Evocações	F	OME
Gênero	105	2,3	Preconceito	119	3,2
Transição	53	2,1	Aceitação	97	3,4
Pessoa Trans	53	2,5	Identidade	56	3
			Diversidade	44	3
			Luta	43	3,6
			Sexualidade	37	3,2
Zona de Contraste			Sistema Periférico Distante		
F ≥ 30,86; OME > 2,94			F ≥ 30,86; OME > 2,94		
Evocações	F	OME	Evocações	F	OME
Liberdade	30	2,9	Mudanças no Corpo	30	3,4
Confusão	24	2,4	Direitos	27	3,4
Diferente	22	2,8	Sofrimento	26	3,1
Escolha	15	2,7	Representatividade	24	3,8
Homossexual	14	2,6	Vaidade	8	3,4
Binaridade	12	2,8	Morte	8	3
Genitália	10	2,5	Descobertas	7	3
Normal	8	2,4	Prostituição	5	3,4
Transtorno	7	2,6	Família	5	3,2
Ideologia	3	1	Felicidade	3	4,3

Figura 1 - Diagramas das evocações referentes ao estímulo TRANSEXUALIDADE.
F=frequência. OME= ordem média de evocações.

A figura 1 exibe as estruturas da representação social, apresentados a partir dos quadrantes correspondentes ao estímulo indutor da TALP. O Estímulo em questão, TRANSEXUALIDADE, possui o diagrama construído a partir da frequência média igual, maior ou menor do que 30 participantes, numa ordem de evocação em torno de 2,9.

O quadrante do núcleo central agrupa as evocações que representam os elementos mais

frequentes, e, portanto, mais importantes, sendo estes *gênero*, *transição* e *pessoa trans*. Sá (1996) afirma que é no núcleo central, que se caracterizam a memória coletiva, que corresponde os valores grupais; a base comum, que define a homogeneidade do grupo; sua estabilidade, que garante a permanência da representação; e a baixa sensibilidade ao contexto social e material em que é manifesta a representação.

Assim, o núcleo central é estabelecido a partir de três funções: 1. A geradora, visto que é a partir dele que a representação é criada e modificada; 2. A organizadora, posto que determina a natureza das ligações entre os elementos da representação; 3. A estabilizadora, que corresponde a resistência à mudança de seus elementos (Abriç, 1994, 1998).

Dessa forma, as evocações ancoram a representação da TRANSEXUALIDADE, relacionando-a com os fatores que a compõem. Interessante destacar a presença da transição como um elemento definidor da transexualidade. Santos *et al.* (2014) apontam em seu estudo sobre representações sociais, realizado com profissionais da saúde, que a mudança de sexo aparece no núcleo central das representações dos participantes do estudo, o elemento mais importante para a sensação de completude de um indivíduo transexual, de modo a adequar-se aos padrões normativos da cisgeneridade e desviar-se de preconceitos advindos da sociedade.

Tais aspectos refletem a demarcação, e, portanto, a redução da experiência transexual ao corpo. Para Pontes e Silva (2017), a transição, como uma forma de estabelecer a passabilidade, a coloca em um horizonte normativo, uma vez que emprega valores aos corpos e aos próprios sujeitos. Assim, são evidenciadas as relações de hierarquia e da normatividade *cis*, a cisnormatividade ou cisgeneridade compulsória, como destaca Bagagli (2016), direciona pessoas *trans* a se exteriorizarem simbolicamente, características que materializam identidades cisnormativas.

Não obstante, destaca-se que a passabilidade surge também como um mecanismo de proteção contra as diversas violências às quais a comunidade *trans* está exposta diariamente.

Sendo assim, as pessoas desse grupo que aderem às mudanças corporais, tornando-se mais passáveis e visando, assim, “passarem batido” sem ser alvo de questionamentos, acabam também por serem menos expostas à violência física e simbólica, uma vez que passam a não serem reconhecidas como papéis de gênero desviantes (Lucena, 2018; Porto *et al.*, 2021). Questiona-se, desse modo, acerca da vivência das pessoas que resistem à lógica binária de gênero, como, por exemplo, as pessoas não-binárias e gênero-fluidas, que não se identificam com um único (ou nenhum) papel de gênero ou identidade de gênero. É considerável reconhecer o sofrimento e violência causados pela cisnormatividade para com essas pessoas, visto que as pressiona para dentro dessa lógica binária, fazendo com que “mascarar-se” da cisgeneridade seja por vezes também uma condição de sobrevivência.

Os elementos do núcleo central, juntamente com as evocações do sistema periférico próximo, *preconceito*, *aceitação*, *identidade*, *diversidade*, *luta* e *sexualidade*, ancoram a representação da TRANSEXUALIDADE. Este quadrante, que se refere à primeira periferia da representação social, institui os elementos periféricos que são considerados mais importantes. São elementos mais concretos, carregados de conteúdos menos flexíveis. Assim, são convenientes a situações mais específicas, ao invés de determinar a representação para muitos indivíduos (Wachelke & Camargo, 2007).

Uma vez que as evocações do elemento central identificam o grupo/indivíduo ao qual se direciona o estímulo indutor, no sistema periférico próximo, as evocações caracterizam aquilo que entorna o grupo/indivíduo em questão. Wachelke e Camargo (2007) destacam, ainda, que a diferença entre elementos centrais e periféricos é uma questão qualitativa, visto que, por se tratarem de elementos ligados a sistemas diferentes, exercem um papel diferenciado na representação, permitindo a distinção uns e outros.

Dessa forma, sendo o sistema periférico mais sensível ao contexto imediato, o surgimento da evocação *preconceito* como sendo o termo mais evocado pelos participantes

neste quadrante, aponta para a consciência da realidade enfrentada pelas pessoas transexuais. O estudo de Porcino *et al.* (2018) sobre representações elaboradas por estudantes universitários acerca da “pessoa travesti”, também trouxe como primeiro elemento da primeira periferia a identificação do preconceito. Em se tratando dos elementos *aceitação, identidade, diversidade, luta e sexualidade*, destaca-se a concepção dos estudantes acerca do reconhecimento e afirmação da identidade de gênero pelas pessoas transexuais.

A zona de contraste, identificada no quadrante inferior esquerdo, possui evocações das palavras *liberdade, confusão, diferente, escolha, homossexual, binaridade, genitália, normal, transtorno e ideologia*. Apesar de não terem alta frequência, foram consideradas importantes pelos participantes. Nesta representação, a evocação *diferente* indica um certo desconhecimento acerca da transexualidade. Com isso, tais evocações enfatizam *escolha, confusão e homossexual*, que ratificam o desconhecimento acerca do objeto de estudo. Do mesmo modo, o estudo de Matão *et al.* (2010) aponta para a representação de estudantes acerca da transexualidade, relacionando-a com a homossexualidade. Nesse mesmo sentido, os elementos *genitália, transtorno e ideologia*, apontam representações estereotipadas acerca da TRANSEXUALIDADE.

Em contraste com os elementos do núcleo central, no quadrante inferior direito, os elementos que constituíram o sistema periférico distante, foram: *mudanças no corpo, direitos, sofrimento, representatividade, vaidade, morte, descobertas, prostituição, família e felicidade*. Assim, é possível conceber que os elementos periféricos, que se constituem por um número maior de ideias acerca da TRANSEXUALIDADE, conectam o núcleo central da representação e a realidade composta por situações concretas observadas pelos participantes, de modo que esses elementos integram as vivências pessoais dos indivíduos, manifestando dessa forma, a influência do contexto social para com os comportamentos, uma vez que os elementos periféricos possuem a função de concretizar os elementos centrais de modo a orientar as

práticas e condutas dos participantes (Abric, 1998).

Portanto, nesta representação, pode-se associar a evocação *mudanças no corpo* ao elemento “transição” presente no núcleo central, indicando a afirmação da identidade de gênero, identificada pelos participantes a partir de ações visuais que demonstrem a validação dessa identidade. Além disso, a evocação *direitos*, expõe a luta pela legitimação dos direitos das pessoas transexuais, como na retificação do nome social e do gênero nos registros civis.

A evocação *sofrimento*, apesar de aparecer no DSM como um critério diagnóstico, aponta para as consequências da vivência das pessoas transexuais em sociedade, uma vez que estão expostas diariamente ao preconceito e discriminação em suas diversas faces. Essa condição esclarece a identificação do elemento *prostituição* como sendo por vezes o único meio de sobrevivência desses indivíduos e da *morte*, como sendo o desfecho final do preconceito enfrentado que invisibiliza esse grupo através do contínuo extermínio de pessoas transexuais.

A evocação *família*, por sua vez, pode estar sendo apresentada pelos participantes como uma instância de reprodução da discriminação e exclusão das pessoas transexuais, contribuindo para o sofrimento e desfechos negativos na vida desses indivíduos. Contudo, pode também indicar uma instância que pode amparar, acolher e proteger das consequências psicológicas advindas do preconceito. Já os elementos *representatividade*, *vaidade*, *descobertas* e *felicidade* podem se relacionar aos aspectos positivos acerca da vivência plena da identidade de gênero.

Pode-se dizer que, de modo geral, os participantes deste estudo representaram TRANSEXUALIDADE por meio de conteúdos que apontam para o reconhecimento da identidade de gênero e das dificuldades enfrentadas pelas pessoas transexuais em níveis individuais e sociais. Os participantes desse estudo objetivam a representação social da transexualidade a partir dos corpos das pessoas trans, considerando o elemento transição presente no núcleo central da representação, reafirmando a pressão sofrida por esses indivíduos

acerca da normatização de seus corpos numa lógica cis-binária de gênero. A cisnormatividade, como já destacado anteriormente, inscreve as marcas corporais correspondentes às características biológicas do indivíduo. Em outras palavras, a adaptação do corpo biológico em correspondência ao gênero experienciado formaliza a manutenção da aceitação social, visto que, por vezes, são as mudanças corporais que consolidam e validam a identificação e reconhecimento do indivíduo *trans* em sua afirmação de gênero perante a sociedade (Vergueiro, 2015; Pontes & Silva, 2017; Silva, 2021).

4.3. Questões acerca da Transexualidade (abertas e fechadas)

Para melhor compreender as representações dos participantes deste estudo acerca da transexualidade, foram feitas questões dissertativas aos participantes que possibilitassem complementar as evocações obtidas na Técnica de Associação livre de Palavras. Assim, foram realizadas duas questões fechadas (1. Existe preconceito contra a transexualidade?; 2. A transexualidade está relacionada a um transtorno ou distúrbio psicológico?). Com relação à última questão, foi solicitado aos participantes a discursarem sobre a explicação do porquê compreendem que a transexualidade relaciona-se ou não com transtornos mentais. A partir desta questão foi gerado um *corpus único* com base nas falas dos respondentes. Em seguida foi realizada uma categorização a fim de organizar os elementos para a identificação das unidades em seus campos homogêneos.

4.3.1 Questões fechadas/Análises estatísticas descritivas

Com relação às questões fechadas, inicialmente, solicitou-se aos participantes que respondessem acerca da existência do preconceito contra a transexualidade. Apesar de haver

sido indicado níveis baixos de preconceito por parte dos participantes deste estudo, de acordo com as evocações trazidas pela Técnica de Associação Livre de Palavras e com a aplicação da escala EPDSG-R, os respondentes reconhecem a existência de preconceito contra a transexualidade, conforme exposto na tabela 3.

Tabela 3. Frequências referentes à identificação de preconceito sobre a Transexualidade N=200.

Existe preconceito contra a Transexualidade?	F	%
Sim	197	98,5%
Não	3	1,5%

Com base nos dados obtidos a partir da questão “existe preconceito contra a transexualidade?”, foi obtida uma frequência de 197 (98,5%) respostas apontando a identificação da existência de preconceito contra a transexualidade.

O preconceito com relação à transexualidade e às identidades transexuais é um problema estrutural que perpassa diversas áreas da vida de uma pessoa trans. Siqueira *et al.* (2021) em seu estudo acerca da vivência de mulheres transexuais e travestis negras destaca que o preconceito experienciado revela-se na impossibilidade da realização dos potenciais de vida, acarretando assim em problemas no âmbito da saúde, seja a física ou mental e também na violação dos direitos.

O preconceito, manifesto através da violência e também do risco de vida, do qual as pessoas transexuais estão expostas, escancara-se a partir da realidade brasileira, visto que o Brasil, conforme o relatório anual da ANTRA, foi apontado pelo 14º ano consecutivo com o maior número total de homicídios de pessoas travestis e transexuais, sendo assim o país que mais mata pessoas desta comunidade. Segundo o registro, a maioria das vítimas de assassinato são jovens entre 13 e 29 anos, negras, de classe baixa e com a expressão pública do gênero feminino. Além disso, a maior parte dos casos correspondem a crimes hediondos, com uso

excessivo de violência e ocorrem predominantemente em locais públicos, sendo marcados pela impunidade dos agressores e descrédito das vítimas (Benevides, 2023).

Assim, para além da violência, destaca-se também o enfrentamento do preconceito ao nível social e institucional, visto que, por vezes, os indivíduos transexuais são colocados à margem da sociedade, sendo negados de acessar espaços, sobretudo ao que se direciona às oportunidades de trabalho e acesso à educação. Com relação ao abandono escolar, Souza e Bernardo (2014) afirmam que este corresponde muitas vezes à alternativa encontrada por pessoas transexuais para evitar o sofrimento vivenciado na escola. Assim, a carência de capacitação somada à exclusão pelo preconceito sexual, deixa-lhes poucas opções no mercado de trabalho, gerando assim um aumento da vulnerabilidade deste grupo e promovendo o impedimento da realização dos princípios de justiça dessa população (Ferreira & Bonan, 2021).

Do mesmo modo, a patologização das identidades transexuais demonstra-se como um apontamento do preconceito, visto que este processo estimula a estigmatização da manifestação de identidade de pessoas transexuais e retira destas o livre direito de expressar o gênero com o qual se reconhecem e lhes nega a dignidade, uma vez que reduz a vivência dessas identidades a partir de uma perspectiva psicopatológica e homogeneizante. Além disso, mesmo com a defesa da manutenção diagnóstica da transexualidade por parte de alguns grupos, como uma estratégia de garantia de acesso aos serviços públicos de saúde, o próprio Processo Transexualizador torna-se seletivo, ao restringir o acesso aos tratamentos que envolvem hormonização e cirurgia apenas aos indivíduos que passarem pelo diagnóstico médico (Bento, 2006; Bento & Pelúcio, 2012). Assim, compreendendo que o preconceito contra a transexualidade também se manifesta a partir da patologização das identidades transexuais, foi solicitado aos participantes que respondessem sobre a identificação da relação da transexualidade com transtorno ou distúrbio psicológico. As respostas desta questão podem ser verificadas através da Tabela 4.

Tabela 4. Frequências referentes à associação da Transexualidade a transtornos mentais N=200.

A transexualidade está relacionada a um transtorno ou distúrbio psicológico	F	%
Sim	19	9,5%
Não	181	90,5%

A segunda questão, visou identificar se os participantes identificam a relação da transexualidade com algum tipo de transtorno (A Transexualidade está relacionada a um transtorno ou distúrbio psicológico?). Nessa questão, foi obtida a frequência de 181 (90,5%) participantes que indicam o não reconhecimento do grupo de participantes deste estudo acerca da vinculação da transexualidade com um transtorno.

A transexualidade foi apresentada pela primeira vez como categoria psiquiátrica na terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que foi publicada em 1980, trazendo para a identidade de gênero o título de Transtorno de Identidade de Gênero (TIG), também conhecido como transexualismo. O diagnóstico parte da caracterização do indivíduo por sua identificação com o gênero oposto, a partir do desconforto persistente com o próprio sexo e o sentimento de inadequação do papel social deste sexo (Val *et al.*, 2010; DSM-III, 1980).

A quarta edição do manual, publicada em 1994, manteve a categoria diagnóstica de TIG, estabelecendo critérios diagnósticos para a caracterização do então transtorno, sendo estes: 1. A forte e persistente evidência da identificação com o gênero oposto; 2. A condição de que esta identificação não seja corresponde ao mero desejo de obtenção de vantagens culturais acerca de ser do sexo oposto; 3. A ausência de uma condição intersexual física concomitante; 4. Apresentação de evidências significativas de sofrimento clínico ou prejuízo no funcionamento social, ou ocupacional do indivíduo, ou mesmo em outras áreas importantes de sua vida (DSM-IV, 2002).

A quinta e mais recente edição do DSM, publicada em 2013, mantém a patologização da transexualidade, com algumas alterações. Esta edição deixa de referir-se à categoria como Transtorno de Identidade de Gênero e passa a descrevê-la como Disforia de Gênero, trazendo o foco na disforia como um problema clínico e não como identidade (DSM-V, 2014).

Apreender as representações dos participantes deste estudo acerca da transexualidade, identificando-a a partir do viés que a define como transtorno mental, parte de tais configurações concebidas pelos manuais diagnósticos, de modo a entender como estes ainda refletem atualmente na concepção dos indivíduos acerca de suas perspectivas. Desse modo, foi solicitado aos participantes deste estudo, para especificarem suas respostas quanto à natureza da transexualidade. Com base no *corpus* gerado, as respostas foram então organizadas em categorias, contendo subcategorias inseridas a *posteriori* que as associam, para melhor entendimento.

4.3.2 Análise temático-categorial das respostas discursivas

Tabela 5. Categorias e frequências resultantes da Análise Temático-Categorial

Categorias	Subcategorias	<i>f</i> categorial	<i>f</i> total
Ausência de transtorno	<i>Não é um transtorno</i>	42	54
	<i>Sem comprovação científica</i>	12	
Inconformidade biológica	<i>Não identificação com o órgão genital atribuído ao nascimento</i>	24	43
	<i>Sensação de estar num corpo errado</i>	19	
Reconhecimento da identidade de gênero	<i>Identificação de gênero</i>	19	33
	<i>Expressão de si</i>	14	
Inerente à natureza	<i>Atribuída ao nascimento</i>	12	26
	<i>Condição Humana</i>	10	

	<i>Predisposição Genética</i>	4	
Social	<i>Construção social</i>	10	13
	<i>Conceito cisgênero</i>	3	
Escolhas do indivíduo	<i>Opção pessoal</i>	6	11
	<i>Decorrente do livre arbítrio</i>	5	
Decorrente de transtorno	<i>Transtorno mental</i>	6	11
	<i>Distúrbio de identidade</i>	6	
Sofrimento psíquico	<i>Adoecimento provocado pelo preconceito</i>	5	9
	<i>Problemas de disforia</i>	4	
<i>f total</i>		200	

f = frequência de ocorrências

Pode-se observar, através dos resultados obtidos, acerca das concepções dos respondentes sobre a transexualidade e a identificação da visão dos participantes acerca da sua natureza. Assim, assinala-se a presença de 8 categorias e 16 subcategorias criadas a posteriori, conforme a tabela 5.

4.3.2.1 Categoria Ausência de Transtorno

Esta categoria foi a que apresentou um maior número de evocações, e contém elementos que afirmam a ausência de transtorno para a explicação da transexualidade. Na subcategoria “não é um transtorno”, os participantes utilizaram com muita frequência a afirmação “A transexualidade não está relacionada a um transtorno”. Foi muito comum os respondentes desta subcategoria não saberem dar outra explicação para a transexualidade, mas acreditavam não se

relacionar com transtornos mentais. Além disso, alguns participantes pontuaram não reconhecerem a transexualidade como consequência de transtornos mentais, mas que o sofrimento vivenciado pelos sujeitos transexuais poderia provocar o surgimento de transtornos, como, por exemplo: “[...] A transexualidade não está relacionada a transtornos ou distúrbios como consequência desses, mas transexuais apresentam disforia de gênero”; “[...] Classificar a transexualidade como um distúrbio psicológico é dizer que existe algo de errado com a pessoa, que poderia se encontrar uma “cura” para a sua condição e, portanto, que é algo negativo”.

Na subcategoria “sem comprovação científica” é possível identificar a ausência de comprovação para categorizar a transexualidade como um transtorno mental. Algumas falas pontuaram, sobretudo, a retirada da transexualidade dos manuais diagnósticos na identificação desta como uma patologia: “[...] Não existe nada que comprove o que leva uma pessoa a não se identificar com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento”; “[...] Há alguns anos, a transexualidade foi retirada do Manual de Diagnóstico de Transtornos Mentais, não sendo, então, mais considerada uma patologia psíquica”.

A literatura aponta para um movimento de despatologização da transexualidade que ganhou repercussão pela crescente campanha “Stop Trans pathologization”, do ativismo *trans* internacional. A Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2019, promoveu uma atualização oficializando a retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental em sua 11^a versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de saúde (CID), mas antes disso, no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), já apontava para uma discussão acerca do tema, visto que em 2013 o Conselho lançou uma Nota Técnica Sobre o Processo Transexualizador, considerando dentre outros quesitos, a transexualidade como uma possibilidade de manifestação da sexualidade humana e não como uma psicopatologia. Foi então que, a partir da resolução n.º01/2018, o CFP passou a orientar que os profissionais da

psicologia não mais encarassem com a transexualidade e travestilidade a partir de um viés patológico (CFP, 2019).

Assim, a despatologização da transexualidade, não só surge como uma oportunidade de questionar o olhar médico, biológico e patologizante sobre os corpos e expressões da diversidade humana, mas também como uma ação de desestigmatização e o acolhimento das subjetividades até então consideradas divergentes.

4.3.2.2. Categoria Inconformidade Biológica

Esta categoria traz indicativos da forma como as pessoas transexuais lidam com o sexo atribuído ao nascimento. Sendo a segunda categoria com maior número de evocações, conta com elementos que focam na identificação da transexualidade como algo que ultrapassa a lógica binária de gênero. Na subcategoria “não identificação com o órgão genital atribuído ao nascimento”, os respondentes apontaram elementos voltados à condição de não conformidade por parte das pessoas transexuais com o órgão genital, mas também aos papéis de gêneros impostos com base no sexo atribuído ao nascimento. Além disso, as falas dos participantes apontaram para a transexualidade como sendo a busca pela conformidade, isto é, sentir-se conforme o que se identifica.

Alguns exemplos são: “[...] Uma pessoa nascida biologicamente com uma característica (cromossômica ou genital) que a define como homem ou mulher, mas com o decorrer da vida acaba por se identificar com o sexo oposto ou até mesmo com nenhum dos dois sexos”; “[...] É quando uma pessoa não se identifica com o sexo de seu nascimento e toma a decisão de enfrentar todos os preconceitos para conseguir ser feliz da maneira como realmente se ver no mundo”.

A subcategoria “sensação de estar num corpo errado” acompanha a primeira, mas

indica, a partir das falas dos respondentes, a não conformidade com o corpo como um todo, não apenas com os órgãos genitais e com isso, a busca pela mudança estética para adequar o corpo com aquilo que se identifica, como: “[...] Quando pessoas que se identificam com o sexo oposto mudam sua aparência para condizer com a mente e a personalidade”; “[...] É o processo de encontro de um corpo externo com um corpo interno e real”.

A não conformidade biológica, que traz conflitos sobre sentir-se preso a um corpo errado, é um fator comum às pessoas transexuais que se denomina por disforia de gênero e refere-se à incongruência entre o sexo de nascimento e sua percepção e manifestação no comportamento do indivíduo, sendo acompanhado por angústia (DSM-V, 2014). O diagnóstico de disforia é um dos processos que permitem atualmente o tratamento de reposição hormonal, cirurgia e por isso, muitas pessoas transexuais recorrem a este meio intencionando a oportunidade de mudanças corporais de modo a adequar-se à autoimagem que lhes correspondem. Resende *et. al.* (2022), destacam que o processo de hormonização tende a proporcionar uma maior correspondência do corpo, visto que oportuniza alterações em características sexuais secundárias, como, por exemplo, a voz.

Cabe destacar que essa não conformidade excede a categoria biológica, uma vez que, a lógica binarista determina antes mesmo do nascimento as características correspondentes ao sexo biológico. O azul para os meninos e o rosa para meninas, os brinquedos de super-heróis para meninos e utensílios domésticos para as meninas brincarem são as reproduções/convenções do que, para além do sexo biológico, é ser homem ou ser mulher. Segundo Louro (2008), essa lógica dicotômica “implica um polo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia singular de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma dessas formas” (p. 32). É justamente nesta não conformidade, a de posicionar-se diante de tais aspectos a ele orientados, que o sujeito transexual se enxerga diferente e foge, assim, da normatividade vigente.

4.3.2.3. Categoria Reconhecimento da Identidade de Gênero

Esta categoria está relacionada à concepção da transexualidade enquanto identidade de gênero, indicando que os sujeitos consideram a transexualidade a partir da autoafirmação que as pessoas transexuais fazem no reconhecimento de sua identidade. A subcategoria “identificação de gênero”, por exemplo, versa sobre esse reconhecimento e traz no discurso dos respondentes falas como: “[...] A transexualidade vai além do que vemos. É como o indivíduo se identifica e como gosta de se ver. Podemos ver certas características indicativas disso desde a infância”; “[...] A expressão do gênero não tem somente a ver com questões emocionais, envolvem afeto e identificação”.

A subcategoria “expressão de si” aborda aspectos que se referem à identificação da transexualidade como uma forma de exposição de algo que já existe internamente. As falas dos respondentes esclarecem que não é a mudança física ou estética que define a concretude da transexualidade, mas o reconhecimento de uma identidade, como, por exemplo: “[...] É encontrar a si mesmo”; “[...] Uma forma de expressão de gênero, uma descoberta da pessoa em relação a si mesma”; “[...] É como perguntar a alguém porque ela gosta de rock ou forró. A gente só sabe que gosta.”; “[...] É a mudança do que é biológico para o que você sente que realmente é em essência, mas não necessariamente por meio de procedimentos médicos ou cirúrgicos”.

Esta categoria traz elementos vinculados à identificação da pessoa transexual enquanto sujeito. Falar de transexualidade é transpassar os limites do corpo, visto que a identificação de gênero não emerge no corpo, mas na cognição. A subcategoria “expressão de si” adiciona a essa visão da identificação de gênero, um caráter afetivo, visto que traz elementos que carregam o discurso do encontro do indivíduo consigo mesmo, em sua essência. Dessa forma, identificar-se como transexual, travesti ou não-binário, precede a mudança na estética, na aparência ou

quaisquer tipos de processos cirúrgicos, ou de hormonização.

A transexualidade é, portanto, uma identidade de gênero, tal qual a cissexual e a afirmação dessa identidade é imprescindível para que a pessoa transexual possa viver integralmente e dignamente, podendo exteriorizar aquilo que ela já é por dentro. Tais aspectos perpassam também a aceitação social e profissional, pelo nome do qual se identifica, dentre outros fatores. Assim, o reconhecimento da identidade de gênero é um direito social e legal de todas as pessoas *trans* na condição de afirmar sua existência (Jesus, 2012).

4.3.2.4. Categoria Inerente à Natureza

Esta categoria traz aspectos que versam sobre a concepção da transexualidade a partir de fatores pertencentes à naturalidade da identidade de gênero. A subcategoria “atribuída ao nascimento”, demonstra o entendimento da transexualidade como algo inerente ao sujeito. É possível observar esta afirmação a partir de falas como: “[...] Acho que a pessoa já nasce assim e como no processo de aprendizagem, cada indivíduo tem seu tempo para se conhecer e se aceitar”; “[...] Ninguém questiona uma pessoa cisgênero sobre quando ela virou *cis*. Acredito que as pessoas simplesmente nascem assim, as coisas são como são”.

As perspectivas que versam sobre a subcategoria “parte do universo, condição humana”, reafirmam a condição de naturalidade da transexualidade, uma vez que os respondentes afirmam que: “[...] A transexualidade é algo natural e comum, uma das possibilidades humanas de identidade de gênero”; “[...] Função organizada dos seres vivos. Organismos com modos de vida complexos”.

Na mesma linha de pensamento, a subcategoria “predisposição genética” traz uma afirmação ainda mais aprofundada, uma vez que os respondentes associam a transexualidade a um processo que envolve aspectos de ordem genética. Neste campo, foi possível apreender

falas como: “[...] Acredito que tenha influência genética”; “[...] Penso que está relacionado a um processo hormonal formado ainda na gestação”.

O conceito de “transexualismo” apoia-se nos estudos de Harry Benjamin, criador do termo, baseando-se em seus estudos biológicos no século XX no que diz respeito à genética. Em seus estudos, o autor propõe que a divisão entre “masculino” e “feminino” não seria absoluta e conclui que a determinação do sexo a partir das diferenças anatômicas seria inadequada (Murta, 2007).

Ademais, outros estudos de caráter sócio-antropológicos tentaram identificar os aspectos que poderia explicar a designação da identidade sexual e propuseram o afastamento no que diz respeito a conceituar o sexo e o gênero, identificando assim estes como âmbitos que envolvem a biologia, no primeiro caso, e o social, no segundo (Arán *et al.*, 2009).

Essa categoria (Inerente à Natureza) chama a atenção por ir contra um fenômeno muito comum, que propõe a utilização de justificativas biológicas para contradizer aquilo que se define por transexualidade. A biologia foi e ainda é nos dias atuais bastante utilizada para propagar preconceitos e embasar o conceito de anormalidade das identidades que ultrapassam a lógica binária de gênero, uma vez que a forma como essas identidades são tratadas se caracteriza no viés genético, de modo a encobrir as diferenças entre gênero e sexo (Figueiredo *et al.*, 2017).

4.3.2.5. Categoria Social

Esta categoria traz aspectos que identificam o gênero como uma questão social, visto que a sociedade impõe um papel importante na formação dos indivíduos. Tal fato evidencia-se através da subcategoria “construção social”, em que os respondentes tratam a divisão de gênero como algo socialmente construído. Assim, a transexualidade é vista como mais uma das

diversas expressões de gênero. Os respondentes indicaram que: “os papéis de gênero são construídos socialmente”; “o ambiente social em que o indivíduo cresceu contribui para a construção da identidade sexual”; “[...] Todas as categorias com relação ao nosso corpo foram em algum momento inventadas ou criadas e o que entendemos por ser homem ou mulher é uma criação histórico-discursiva, que pode ser reescrita”.

A subcategoria “conceito cisgênero” aponta que, além de uma construção social, a transexualidade é também um conceito cisgênero, uma vez que: “[...] entende-se que esses indivíduos existem fora da norma binária de gênero, que atribui o que deve ser masculino e feminino”; “[...] tudo o que excede essa norma é tratado como uma condição, precisando ser nomeado como transexualidade”.

Assim, esta categoria destaca que são os papéis de gênero impostos pela sociedade que definem o que está dentro ou fora da norma de gênero, uma vez que a lógica cisheteronormativa determina os modos de ser e viver, delimitando as fronteiras dos corpos e do comportamento a partir das esferas de identificação e apresentação das relações interpessoais e como estas devem ser constituídas, descartando dessa forma, as imensuráveis possibilidades de existência humana. Por isso, “os sistemas de sexo-gênero, construídos historicamente por relações de saber e de poder, são efeitos da instauração da norma que produz também o domínio de corpos excluídos e abjetos” (Silveira, 2006).

A subcategoria “conceito cisgênero” adiciona a essa visão a fonte desta norma. Assim como foi manifesto anteriormente, a ideia de normatividade de gênero parte de uma lógica nar(cis)sista, que contempla apenas o que se parece consigo mesmo e condena o que lhe destoa, isto é, as identidades divergentes. As consequências dessa normatividade pode ser percebida no que concerne à exclusão desses grupos sociais, que por sua vez, enfrentam processos de estigmatização e discriminação, resultantes em diversas formas de desigualdade e marginalização.

4.3.2.6. Categoria Escolhas do indivíduo

Esta categoria traz evocações que tratam a transexualidade a partir das escolhas do indivíduo sobre a identidade de gênero. Na primeira subcategoria, “opção pessoal”, as falas dos respondentes se direcionam às afirmações referentes às decisões que o indivíduo faz acerca da sua vida sexual, como, por exemplo: “[...] processo de escolha sexual, que passa por um viés psicológico, e depois físico e social, pois há uma série de desafios a serem enfrentados que vem junto a essa escolha”; “[...] é uma escolha íntima de se transformar em uma nova pessoa”.

A subcategoria “decorrente do livre arbítrio” reafirma a identificação dos respondentes das escolhas das pessoas transexuais para decidirem sobre a transexualidade: “[...] é uma decisão pessoal, que tem a ver com o livre arbítrio das pessoas que buscam uma afirmação de identidade”; “[...] acredito que seja uma escolha que vem do livre arbítrio do desejo de ser quem quiser a partir da sua identificação”.

Essa categoria trouxe alguns elementos que correspondem a uma visão comum no que se refere à interpretação da experiência da sexualidade humana que a direciona para um campo que parte de um viés preferencial. O tratamento das identidades sexuais e de gênero com base nas esferas que as interpretam dentro do campo das escolhas do indivíduo, mesmo em caráter positivo, abre margem a uma visão preconceituosa e estereotipada da transexualidade. Além disso, esse discurso traz a conotação da responsabilização do indivíduo a tudo o que concerne a sua identidade de gênero e as consequências de todos os reflexos do que é ser transexual na sociedade (Vitali *et al.*, 2019).

4.3.2.7. Categoria Decorrente de Transtorno

Esta categoria traz evocações que versam sobre a visão da transexualidade como

explicada a partir de transtornos mentais. A primeira subcategoria “transtorno mental” foi marcada pela frequência da afirmação “a transexualidade é um transtorno mental”, seguido de características diversas que explicavam esta afirmação.

A subcategoria “distúrbio de identidade” apresenta a transexualidade como um transtorno mental específico, ligado à identidade dos indivíduos. Assim, frases como: “[...] as pessoas que não se identificam com o gênero de nascimento, estão, na verdade, sofrendo de distúrbio de identidade”; “[...] é um transtorno de identidade, ou seja, o indivíduo nasce com características anatômicas e fisiológicas de um sexo do qual não se reconhece ou aceita”; “[...] ocorre algo na mente das pessoas que faz com que elas não se identifiquem com o corpo que nasceu, logo é um distúrbio de identidade”.

Nesta categoria (Decorrente de Transtorno) é possível identificar o foco na concepção da transexualidade como um transtorno mental, indicando assim que os sujeitos que se reconhecem a partir dessa identidade de gênero sofrem de problemas de ordem psicopatológica. A presença desse discurso que enxerga a transexualidade a partir de uma visão direcionada aos transtornos mentais não é um mero produto da desinformação, mas uma replicação de preconceitos, que encaixam a transexualidade numa lógica patologizante. Essa visão perpassa o discurso da normatividade de gênero, uma vez que, se existe uma norma, isto é, o normal, tudo o que lhe excede é, conseqüentemente, anormal, anômalo.

A subcategoria “distúrbio de identidade” ratifica essa lógica, visto que é fruto da psiquiatrização da transexualidade, que considera o sentimento de inadequação sexual como uma patologia e a constitui assim como Transtorno de Identidade de Gênero (TIG). De acordo com Jesus (2012), “a transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa” (p. 14).

Assim, a despatologização da transexualidade é uma luta que vai além da modificação dos manuais diagnósticos de doenças, mas amplifica-se pela busca e garantia do direito das

peessoas transexuais, de modo a modificar as condutas que direcionam o tratamento dessa experiência e desconstruindo os estigmas a que lhes foram atribuídos (Murta, 2007; Jesús, 2013).

4.3.2.8. Categoria Sofrimento Psíquico

Esta categoria traz informações sobre o sofrimento psíquico vivenciado pelas pessoas transexuais. Na primeira subcategoria, os respondentes versaram sobre o “adoecimento psíquico provocado pelo preconceito” e trouxe evocações ligadas aos efeitos da vivência de uma pessoa transexual na sociedade, marcada pelo preconceito e a violência. É possível observar tal fato em falas como: “[...] acredito que o sofrimento maior parta do preconceito advindo da sociedade em geral, que vivenciado por essas pessoas e não da condição de ser uma pessoa transexual”. Algumas das afirmações destacaram os problemas institucionais que também acarretam numa repercussão negativa na vida das pessoas transexuais: “[...] quem causa os danos à saúde da pessoa *trans* é a própria sociedade em geral e também a falta de recursos públicos que dificultam ainda mais a vida dessas pessoas”.

A subcategoria “problemas de disforia” aponta para o sofrimento psíquico presente nas pessoas transexuais em detrimento da disforia de gênero, sendo este um problema muito comum enfrentado por estes indivíduos. Algumas frases afirmaram: “[...] as pessoas transexuais passam pela disforia de gênero, mas acho que isso acontece por conta do sistema em que vivemos”; “[...] algumas pessoas transexuais apresentam disforia de gênero, o que pode desencadear transtornos como ansiedade e depressão”.

Essa categoria chamou a atenção visto que, diferentemente das categorias anteriores, não se trata das explicações dos respondentes acerca da transexualidade enquanto causalidade, isto é, naquilo que corresponde à natureza do objeto deste estudo, mas às repercussões na vida

psíquica, considerando o que corresponde ser uma pessoa transexual. A literatura aponta para o sofrimento psíquico dos indivíduos deste grupo tendo em vista os obstáculos vivenciados por estes em detrimento da experiência da afirmação da sua identidade (Marinho, 2022).

Dessa forma, o sofrimento psíquico dos indivíduos transexuais perpassa sua vivência social, posto que a expressão do preconceito se sobressai diretamente sobre seus corpos e parte tanto de aspectos que correspondem os estigmas enfrentados, acerca da moralidade ou dos critérios de normatividade, mas também nas esferas sociais, a partir da exclusão desses corpos dos espaços de cidadania. Assim, são apontados os obstáculos político-ideológicos provocados pelo preconceito sofrido por esse grupo (Donato *et al.*, 2016).

Além disso, outro fator considerado nesta seção é o sofrimento psíquico ocasionado pelos “problemas de disforia” que caracterizam a segunda subcategoria. O próprio termo “disforia” caracteriza-se pelo estresse, sofrimento e desconforto causados pela não conformidade de gênero (Bonifacio & Rosenthal, 2015). A versão revisada da quinta edição do DSM traz o sofrimento como elemento central para o diagnóstico de disforia de gênero (DSM-V-TR, 2023). Assim, o preconceito manifestado através do estigma social associado à incongruência de gênero, a saber, a disforia, podem, dentre outros aspectos, ser os fatores causais do sofrimento dessa população.

Cabe assinalar que o Estresse de Minorias (EM) explica a permanência de estressores particulares às minorias sociais, que são adicionais aos estressores cotidianos. Assim, o EM pode ser cumulativo, quando somados a outras instâncias minoritárias, neste caso, a identidade de gênero. Dessa forma, o acúmulo estressor acarreta prejuízos à saúde mental destes indivíduos (Meyer, 2003).

De acordo com Pachankis e Goldfried (2006), as minorias sociais de modo geral tentem a enfrentar o estresse gerado pela hostilidade sofrida, mas não apenas isso, a própria antecipação de violências que possam ocorrer com esses indivíduos também pode ser um fator

estressor. A revisão de literatura realizada por Silva *et al.* (2021), identificou que os estudos sobre o EM, em geral, apontam que pessoas transgênero possuem maior vulnerabilidade em se tratando do desenvolvimento de transtornos mentais, tendo em vista a constante violência e estigma a que são expostas, bem como a falta de apoio social e familiar e exclusão em detrimento da sua identidade de gênero. Tais aspectos revelam o impacto do preconceito na vida dos indivíduos transexuais, somado às questões pessoais vivenciadas por tais sujeitos.

Dessa forma, as análises realizadas com base na TALP, na escala EPDSG-R e nas questões abertas e fechadas que foram realizadas ao longo deste estudo, no conduzem a algumas considerações acerca da representação social da transexualidade. A primeira a ser destacada diz respeito ao olhar favorável às identidades transexuais, fator que pode ser explicado através dos dados sociodemográficos. Tanto na Escala de Preconceito Contra Diversidade Sexual e de Gênero (EPDSG-R) quanto nas próprias falas dos participantes presentes na TALP e nas questões abertas e fechadas, nota-se um baixo índice de preconceito. Nesse sentido, uma questão a ser considerada é a maioria dos participantes ser constituída por mulheres. Melo *et. al.* (2020) concluem, a partir de um estudo sobre preconceito e discriminação contra minorias sexuais, que mulheres, mesmo as heterossexuais, tendem ser menos preconceituosas que homens.

Tal fato pode ser analisado a partir das lentes que direcionam à pluralidade de preconceitos presentes na sociedade, que podem ser considerados mediante um único preconceito, o da classe dominante. Silva (2010) destaca que é a classe dominante a reprodutora de violência contra os grupos minoritários, como as minorias étnicas, sociais e sexuais. Desse modo, “as manifestações de desigualdade não possuem uma origem natural, mas surgiram de uma construção social sem base objetiva, decorrente de representações ideológicas que englobam crenças e valores de um grupo dominante que tem em vista manter a ordem social” (Scopel & Gomez, 2006, p. 5). Assim, em termos de gênero, a vivência de um grupo não-

dominante, numa lógica de patriarcado, direciona o entendimento de suas representações acerca de outro grupo não-dominante.

Assim, as representações dos participantes deste estudo se direcionaram os fatores que compõem a transexualidade e ao reconhecimento da identidade de gênero, A representação traz a força dos componentes “gênero”, “transição” e “pessoa trans”, no núcleo central da representação, indicando os elementos que correspondem à caracterização acerca da transexualidade.

Ademais, outro fator a ser destacado é a sensibilidade com a realidade das pessoas transexuais, na identificação do preconceito como um problema enfrentado pela população transexual, e perpassa todas as áreas de suas vidas. A identificação dos fatores que envolvem os obstáculos enfrentados por essa comunidade, identificados no sistema periférico, reforça o componente afetivo da representação. Além disso, a ênfase nas dificuldades socioemocionais enfrentadas pelas pessoas transexuais, na identificação do sofrimento psíquico decorrente do preconceito e dos problemas de disforia, apontam para o reconhecimento das adversidades que acompanham o que é ser uma pessoa transexual.

A presença de aspectos que identificam o preconceito sofrido por esta comunidade aponta para a vivência deste grupo em sociedade, ou seja, pode-se perceber que a representação social sobre a transexualidade, neste caso, direciona-se a uma caracterização do preconceito a terceiros (neste caso, a sociedade), seja pelo estigma dirigido a essa comunidade ou por questões presentes na estrutura da sociedade, quando são identificados os papéis de gênero impostos na sociedade.

Contudo, cabe destacar possíveis hipóteses no que caracteriza o discurso dos respondentes. Inicialmente, assinala-se a zona muda, que compreende um fenômeno que pode demonstrar o efeito da adaptação dos discursos às normas sociais de maneira que, ao falarem sobre si mesmos, os sujeitos estariam se conduzindo ao encobrimento das representações

condenáveis pelos grupos de referência. Abric (2005), afirma que essa região, de caráter contra-normativo e de difícil explicitação das representações sociais, estaria presente principalmente quando as representações estivessem direcionadas a objetos “mais sensíveis” e marcados por valores e normas sociais. Assim, esse fenômeno, mesmo presente na consciência dos indivíduos, não poderia ser expresso por eles, considerando a conjuntura social da qual se estrutura a sua construção (Abric, 2005). O autor baseia-se nas concepções de Guimelli e Deschamps (2000), que caracterizam a zona muda como um subagrupamento particular de cognições ou crenças que, não são apresentadas explicitamente pelos sujeitos em circunstâncias normais de sua construção, ainda que lhes estejam disponíveis, visto que, uma vez expressas, poderiam contradizer os valores morais ou as normas valorizadas pelos grupos.

Outro fenômeno hipotético a ser assinalado seria a “transparência das representações”. A discussão acerca deste fenômeno foi realizada por Flament e Rouquette (2003), que sugeriram a análise acerca das relações entre as representações de dois grupos passíveis de se comunicarem ou de interagirem a respeito de um mesmo objeto social representado. Desse modo, a transparência das representações compreende o conhecimento de um determinado grupo acerca das representações de um outro grupo sobre um mesmo objeto. Neste caso, as respostas de um grupo ao falar sobre outro, não demonstraria características encobertas ou condenáveis das representações, que por sua vez não poderiam ser expostas espontaneamente pelos próprios sujeitos a partir de uma projeção, mas revelaria exclusivamente o entendimento do grupo acerca das representações de outros.

Dessa forma, quando os participantes falam pela “sociedade em geral”, não estariam necessariamente projetando suas próprias representações condenáveis, mas discursando acerca daquilo que compreendem por serem as representações de outros grupos por eles conhecidos. Entretanto, cabe assinalar que, quando diferenciam o discurso que corresponde à “sociedade em geral” sobre aquilo que comunicam por si próprios, eles comunicam da mesma forma

representações que, nessa condição também são suas, tendo em vista que eles igualmente fazem parte da “sociedade em geral”.

Entretanto, de modo geral, é possível considerar as mudanças que têm ocorrido em nossa sociedade, a exemplos de mudanças políticas e sociais. É considerável o espaço de representatividade que tem se aberto para pessoas transexuais, sobretudo nos veículos midiáticos. Além disso, a presença de pessoas transexuais na política, ocupando cargos de poder, também pode ser um fator relevante na construção de representações sociais para os indivíduos. Os próprios participantes destacam a identificação da representatividade como um fator presente em suas representações. Com isso, levanta-se o questionamento sobre se as representações sociais dos participantes acompanham tais mudanças ocorridas na sociedade.

Tais construções, ao mesmo tempo, em que são individuais e sociais, permitem uma compreensão do fenômeno a partir das lentes que oportunizam o debate acerca dessa temática, oportunizando assim a geração de políticas públicas que auxiliem na garantia dos direitos das pessoas transexuais e visibilidade desse grupo no que diz respeito ao apoderamento de oportunidades que lhes garantam cada vez mais dignidade.

Diante do exposto, observa-se a importância dos resultados apresentados neste trabalho de dissertação. Com isso, a seguir serão tecidas algumas considerações finais.

CAPÍTULO 5

Considerações Finais

O presente estudo teve em vista versar acerca das representações sociais da transexualidade, elaboradas por estudantes universitários, que permitiram ampliar o entendimento acerca de como este grupo relaciona-se com o objeto de estudo, identificando assim, através do discurso elaborado por estes, a amplitude do universo representacional deste grupo. Assim, ao final deste trabalho e considerando os resultados obtidos, pode-se observar a complexidade do tema que envolve a transexualidade, não apenas por envolver questões que perpassam a vida das pessoas transexuais, mas por tocar em assuntos pertinentes a toda a sociedade.

Essa temática é de grande relevância para a comunidade acadêmica, bem como para a sociedade civil na totalidade, posto que conhecer as representações sociais pode fornecer a compreensão das justificativas, das crenças e estereótipos nos quais se alicerçam os comportamentos preconceituosos e violentos contra pessoas transexuais.

Destaca-se o importante papel das representações sociais na manutenção da dinâmica que envolve a criação de saberes, orientação, ações, e auxílio na construção de identidades, servindo assim como justificativas para os comportamentos de sujeitos e dos grupos. Assim, este estudo trouxe contribuições tanto ao campo das representações sociais como ao campo do preconceito, tendo em vista que debruçar-se sobre as representações permite a compreensão da forma como se pensa, mas também o modo de agir, falar e de representar.

Os resultados deste estudo indicaram que a representação da transexualidade está pautada num âmbito que a direciona para o campo da diversidade, identificando-a assim como uma das diversas possibilidades de expressão do ser, através das categorias de gênero. Além disso, a elaboração das representações pelos participantes, contribuiu para o reconhecimento do preconceito ainda presente na sociedade, que estabelece barreiras na vivência das pessoas transexuais na sociedade. Este preconceito, também manifesto através da patologização das

identidades transexuais, ainda é um fator que impede o acesso a direitos por parte dessa população, tão marginalizada.

De fato, pode-se observar os avanços no campo da saúde mental quanto ao acesso a direitos e inclusão dessas pessoas, através da criação de leis e de novas formas de olhar para o indivíduo, despatologizando as identidades de gênero. Contudo, a lógica excludente ainda precisa ser combatida, visto que ainda há, através das expressões de preconceito, seja na dificuldade de acesso a serviços, ou na conduta social perante estes indivíduos. Assim, a despatologização da transexualidade é uma luta diária que precisa ser reafirmada cotidianamente.

Acredita-se que os resultados encontrados nesta pesquisa possuem implicações importantes que podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficientes no campo da saúde mental e do acesso à cidadania pela população transexual. Assim, são necessárias políticas públicas que enfatizem a garantia de direitos por esta população, promovendo assim a viabilidade do acesso a um suporte que remedeie os danos psicossociais causados a esta comunidade. A ampliação dos espaços de representatividade também é um aspecto a ser considerado, tendo em vista a invisibilidade muito comum acerca das pessoas transexuais.

Dessa forma, entende-se que a ocupação de pessoas *trans* nos espaços que, até então, são geralmente a elas negados, como na mídia, na política, no acesso à educação, nas oportunidades de trabalho, são fundamentais para permitir que essa população possa ser restituída no que diz respeito ao alcance de seus direitos. Além disso, entende-se que esta ocupação também contribui na mudança social, de modo a modificar as representações negativas que ainda existem sobre essa população. Tal fato se evidencia no reconhecimento dos participantes deste estudo acerca dos estigmas que ainda permeiam as identidades de gênero divergentes das normas sociais.

Assim, é fundamental, ainda, que se promovam reflexões e se propaguem informações sobre a transexualidade na sociedade, expandindo os horizontes das campanhas já existentes em datas e períodos delimitados, a fim de se fazer estimular a compreensão da sociedade através da conscientização, de modo a combater o preconceito que afeta diretamente a vida e os corpos de pessoas transexuais. Ademais, é essencial a produção de intervenções de promoção ao acesso desses indivíduos no campo educacional e profissional, além de se repensar práticas referentes à inclusão social dessa comunidade.

Logo, sugere-se a realização de novos estudos que possam aprofundar em outras questões que não foram abordadas neste trabalho. Sugere-se a aplicação de estudos para outras áreas de conhecimento, considerando também aspectos que refletem a identificação e discussão de questões acerca de raça e religiosidade, visando ampliar a visão acerca do preconceito contra a transexualidade e que busquem propor direcionamentos concretos para o fortalecimento e consolidação de propostas de assistência e suporte para as pessoas transexuais, destacando-se a elaboração de estratégias de combate ao preconceito.

Destaca-se também que o presente estudo contribuiu para o conhecimento de como estudantes universitários representam a transexualidade, refletindo não só nas experiências e vivências desse grupo social, mas também envolvendo uma carga afetiva a partir de uma construção social. As representações analisadas refletem aspectos socioculturais sobre a forma de lidar e enxergar pessoas caracterizadas como minorias sexuais. Assim, os elementos representacionais da transexualidade invadem o meio social, escancarando as dificuldades e falhas presentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (1994). *Les representations sociales: aspects théoriques* || : 11-36. Abric J.-C., éd., *Pratiques sociales et représentations*. Paris, PUF.
- Abric, J. C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Press Universitaires de France.
- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. *Estudos interdisciplinares de representação social*, 2(1998), 27-38.
- Abric, J. C. (2005). A zona muda das representações sociais. In D. C. Oliveira & P. H. F. Campos, *Representações sociais: Uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro, RJ: Museu da República.
- Allport, G. W. (1935). Attitudes. In C. Murchison (Ed). *Handbook of Social Psychology*. Worcester, Mass: Clark University Press.
- Allport, G. W. (1979). *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Almeida, A. M. D. O. (2009). *Abordagem societal das representações sociais. Sociedade e estado*, 24, 713-737.
- Almeida, C. B. D., & Vasconcellos, V. A. (2018). Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. *Revista Direito GV*, 14, 303-333.
- Alves-Mazzotti, A. (1994). Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. *Em aberto*, 14(61).
- Amaral Afonso, L. (2020). As grandes cidades e a representação coletiva: o caráter blasé como expressão de um fato social The metropolis and the collective representation: the blasé character as an expression of social fact. *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, 8.

- Amaral, D. M. (2011). Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil.
- American Psychiatric Association. (1980). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-III*. 3 ed. Washington, D.C: Copyright.
- American Psychiatric Association. (2002). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV-TR*. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5* (5ª ed.; M. I. C. Nascimento, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- American Psychiatric Association (2023). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR*. 5.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- Arán, M. (2006). A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*. 9 (1), 49-63. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982006000100004>
- Arán, M., & Murta, D. (2009). Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 15-41.
- Arán, M., Murta, D., & Lionço, T. (2009). Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, 14, 1141-1149.
- Araújo, L. R., & Vieira, L. L. F. (2010). A Invenção da Transexualidade. *Letícia Rezende De Araújo*, 21.
- Araujo, P. D. S. D. (2018). Representações sociais da pessoa transexual entre estudantes de psicologia.
- Arruzza, C. (2015). Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, 23(01).
- Bagagli, B. P. (2016). A diferença trans no gênero para além da patologização. *Revista Periódicus*, 1(5), 87-100.

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (4ª ed.). Edições 70.
- Barreto, D. J., Sales, A. B., Peres, W. S., & Dallapicula, C. (2018). Podem as travestis estudar? Regimes de verdade sobre corporalidades vibráteis na escola. *Revista Psicologia Política*, 18(42), 322-336.
- Benedetti, M. (2005). *Toda Feita—O Corpo e o Gênero dos Travestis*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Garamond Edditora.
- Benevides, Bruna G. (2023). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022* / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA.]
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2021). *Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Editora Garamond.
- Bento, B. (2008). Alves de Melo. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense.
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. EdUFBA.
- Bento, B., & Pelúcio, L. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, 20, 569-581.
- Berutti, E. B. (2002). Transgenders: questionando os gêneros. *Corpo e imagem*. São Paulo: Arte & Ciência, 109-118.
- Bôas, L. P. S. V. (2004). Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana. *Psicologia da Educação*, (19).
- Bonassi, B. C., dos Santos Amaral, M., Toneli, M. J. F., & de Queiroz, M. A. (2015). Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. *Quaderns de psicologia*, 17(3), 83-98.

- Bonifacio, H. J., & Rosenthal, S. M. (2015). Gender variance and dysphoria in children and adolescents. *Pediatric Clinics*, 62(4), 1001-1016.
- Bortoni, L. (2017, 20 de junho). *Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional*. [Web Page]. Recuperado em 14 de agosto, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. (Originalmente publicado em 1990)
- Butler, J. (2009). Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19, 95-126.
- Camargo, B. V. (1998). A noção de representação social e sua contribuição para pesquisas na área da saúde. *Porto Alegre: UFRGS*.
- Camino, L., Torres, A. R. R., Lima, M. E. O., & Pereira, M. E. (2013). Psicologia Social: temas e teorias. *Brasília: Technopolitik*.
- Camino, L. (1996). Conhecimento do outro e a construção da realidade social: Uma análise da percepção e da cognição social. *João Pessoa: Editora Universitária*.
- Caravaca Morera, J. A. (2016). Histórias de vida e representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre pessoas transexuais do Brasil, Canadá e Costa Rica.
- Carvalho, A. P. G. B., Sordi, B. A., da Silva, D. S. N., dos Santos Pinheiro, I., da Silva, L. F. M., Valente, M. B. B.,... & Sales, T. V. (2016). Patologizando o abjeto: a transexualidade como categoria diagnóstica. *REVISTA HUM@ NAE*, 10(2).
- Carvalho, M. F. D. L. (2011). Que mulher é essa. *Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*, 147.

- Chamon, E. M. Q. O. (2006). Representação social da pesquisa pelos doutorandos em ciências exatas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 21-33.
- Clémence, A., Doise, W., & Lorenzi-Cioldi, F. (1994). *Posições e princípios organizadores das representações sociais. Estruturas e transformações das representações sociais*.
- Coelho, J. S. (2018). Violência, transexualidade e representações sociais na mídia.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS*. 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- Corrêa, F. H. M., Rodrigues, B. B., Mendonça, J. C., & Cruz, L. R. D. (2020). Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 69, 13-22.
- Cornwall, A., & Jolly, S. (2008). Questões de sexualidade: ensaios transculturais. In Questões de sexualidade: ensaios transculturais (pp. 262-262).
- Cosme, J. A. G., Ramírez, P. A. H., & Muñoz, O. A. O. (2017). Gender performativity, medicalization and health in transsexual women in Mexico City. *Salud colectiva*, 13(4), 633-646.
- Costa, A. B., de Lara Machado, W., Ruschel Bandeira, D., & Nardi, H. C. (2016). Validation study of the revised version of the scale of prejudice against sexual and gender diversity in Brazil. *Journal of Homosexuality*, 63(11), 1446-1463.
- Costa, A. B., Peroni, R. O., de Camargo, E. S., Pasley, A., & Nardi, H. C. (2015). Prejudice toward gender and sexual diversity in a Brazilian public university: Prevalence, awareness, and the effects of education. *Sexuality Research and Social Policy*, 12, 261-272.

- Costa, C. G., Pereira, M., de Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2010). Imagens sociais das pessoas LGBT. *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero*.
- Donato, M. A. M., Correia, A. A., & Leite, G. S. (2016). Entre a natureza e a cultura: sexo, gênero e a exclusão social de travestis e transexuais. *Razón y Palabra*, 20(95), 180-194.
- Duveen, G., & Moscovici, S. (2000). Social representations: Explorations in social psychology. *Polity: Cambridge, Oxford*.
- Fernandes, S. C. S., & Pereira, M. E. (2018). Endogrupo versus Exogrupo: o papel da identidade social nas relações intergrupais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 30-49.
- Ferreira, B. D. O., & Bonan, C. (2021). Vários tons de “não”: relatos de profissionais da Atenção Básica na assistência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTB). *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 25, e200327.
- Figueiredo, R., Schwach, K., Wolfe, B. M., McBritton, M., & Marquezine, I. M. (2017). Mudança de nome social de pessoas transgêneras: identidade de gênero para além da biologia. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 11(17).
- Flament, C. & Rouquette, M. L. (2003). *Anatomie des idées ordinaires. Comment étudier les représentations sociales*. Paris: Armand Colin, VUEF.
- Fogaça, M. (2003). 10. Imagens mentais e compreensão de conceitos científicos.
- Fonseca, J. V. C. (2018). Corpos (in) desejáveis: o fenômeno da transfobia a partir da perspectiva de pessoas trans e psicólogos/as.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de saúde pública*, 24, 17-27.

- Foucault, M. (1999). *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. 14^a ed. Rio de Janeiro: Graal
- Góes, F. K. F. D. S. (2019). O quarto excluído: gêneros não binários e formação universitária.
- Grossi, M. P. (1998). Identidade de gênero e sexualidade. *Revista antropologia em primeira mão*.
- Guimelli, C., & Deschamps, JC (2000). Efeitos do contexto na produção de associações verbais. O caso das representações sociais dos ciganos. *Cadernos Internacionais de Psicologia Social*, 47 (48), 44-54.
- Hamilton, D. L. (1979). A cognitive-attributinal analysis of stereotyping. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 12, pp. 53-84). New York: Academic Press.
- Hendricks, M. L., & Testa, R. J. (2012). A conceptual framework for clinical work with transgender and gender nonconforming clients: An adaptation of the Minority Stress Model. *Professional Psychology: Research and Practice*, 43(5), 460.
- Hirshman, L. R. (2012). *Victory: The triumphant gay revolution*. New York. Harper Collins Publisher.
- International Commission Of Jurists. (2007). Yogyakarta Principles – Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity.
- Jesús, B. M. D. (2013). Campanha pela despatologização da transexualidade no Brasil: seus discursos e suas dinâmicas.
- Jesus, J. G. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. *Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*, 2, 42.

- Jodelet, D. (1990). Representações sociais: fenômeno, concepção e teoria. *Psicologia Social*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (1998). A alteridade como produto e processo psicossocial. *Representando a alteridade*, 2, 47-67.
- Jodelet, D. (1999). Os processos psicossociais da exclusão. In B. Sawaia, *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (2, 55-66). Editora Vozes Limitada.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ. pp.17-41.
- Jovchelovitch, s. (2009). Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In P. Guareschi, S. & Jovchelovitch, S. (Orgs.), *Textos em representações sociais* (11a ed., pp. 63-85). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Leite, T. C., & Lerner, K. (2019). Notícias sobre a nova classificação das identidades trans: uma análise das fontes citadas em reportagens publicadas no Brasil. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 13(2).
- Lelis, R. C. (2019). Transviado também faz revolução! Um olhar maquiaveliano sobre a Revolta de Stonewall. *Revista de Ciências do Estado*, 4(2), 1-16.
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. Editora Blucher.
- Lucena, S. G. (2018). Análise da passabilidade como mecanismo de proteção as experiências trans.
- Marinho, A. C. (2022). Histórias de vidas de transexuais: afirmação identitária e sofrimento ético-político em questão. *História Oral*, 25(1), 13-29.

- Matão, M. E. L., de Miranda, D. B., Campos, P. H. F., Teles, M. N. A., & Mesquita, R. L. (2010). Representações sociais da transexualidade: perspectiva dos acadêmicos de enfermagem e medicina. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 34(1), 103-103.
- Mazzotti, A. J. A. (2002). A abordagem estrutural das representações sociais. *Psicologia da Educação*, (14-15).
- Melo, M., Bota, P., & Santos, J. (2020). Diferenças, discriminações e desigualdades: estudos sobre minorias sexuais.
- Mendes, W. G., & Silva, C. M. F. P. D. (2020). Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25, 1709-1722.
- Mesquita, C. N. C., & Rodrigues, S. G. C. (2019). Estudo exploratório sobre a temática da transexualidade no ambiente universitário: reflexões e a intervenção do serviço social. In *Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019 (Vol. 16, No. 1)*.
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. *Psychological bulletin*, 129(5), 674.
- Moreira, M. A., & Gomes, A. J. M. (2013). Representações sociais de estudantes concluintes de enfermagem sobre transexualidade. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, 7(6), 4378-4388.
- Moscovici, S. *Psicologia Social I*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1984
- Moscovici, S., Jodelet, D., Viet, J., & Besnard, P. (1970). La psychologie sociale: Une discipline en mouvement. *París. Mouton*.

- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise. Trad. de Álvaro Cabral*. Zahar.
- Moscovici, S. (1981). *Psicologia de las Minorias Activas*. Madrid: Ediciones Morata
- Moscovici, S. (1984). Introduction: le domaine de la psychologie sociale. *Psychologie sociale*, 2, 60-78.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (PA Guareschi, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mott, Luiz. (1999). *Homossexuais da Bahia: Dicionário Biográfico* (Séculos XVI-XIX). Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.
- Murta, D. (2007). A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero nas práticas de saúde. *Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro*.
- Napolis, N. S. C. D. (2020). As Representações Sociais das Mulheres e Relacionamentos Afetivos Presentes nas Músicas do Sertanejo Universitário Entre os Anos 2000 E 2018.
- Oliveira, D. A. G. (2018). O suicídio na comunidade LGBT no Brasil. Juíz de Fora (MG). *Monografia*. Universidade Federal de Juíz de Fora.
- Oliveira, M. R. G. (2018). Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação!. *Revista Periódicus*, 1(9), 161-191.
- Organização Mundial da Saúde. (1994). *CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças com disquete* Vol. 1. Edusp.

- Pachankis, J. E., & Goldfried, M. R. (2006). Social anxiety in young gay men. *Journal of anxiety disorders*, 20(8), 996-1015.
- Pachankis, J. E., McConocha, E. M., Clark, K. A., Wang, K., Behari, K., Fetzner, B. K., ... & Lehavot, K. (2020). A transdiagnostic minority stress intervention for gender diverse sexual minority women's depression, anxiety, and unhealthy alcohol use: A randomized controlled trial. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 88(7), 613.
- Padilha, V. B., & Palma, Y. A. (2017). Vivências não-binárias na contemporaneidade: um rompimento com o binarismo de gênero. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 11.
- Peres, W. S. (2010). Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária*, 69-104.
- Petry, A. R., & Meyer, D. E. (2011). Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 10(1), 193-198.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European journal of social psychology*, 25(1), 57-75.
- Pontes, J. C., & Silva, C. G. (2017). Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Revista Periódicus*, 1(8), 396-417.
- Porcino, C. A., Coelho, M. T. Á. D., & Oliveira, J. F. D. (2018). Representações sociais de universitários sobre a pessoa travesti. *Saúde e Sociedade*, 27, 481-494.

- Porto, R. K. D., da Silva, M. A., & Gugelmin, S. (2021). Narrativas de passabilidade e a segurança para transitar: transmasculinidades e saúde. *ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 8(16), 219-230.
- Rêses, E. D. S. (2003). Do conhecimento sociológico à teoria das representações sociais. *Sociedade e cultura*, 6(2).
- Resende, I. S. O., Roos, E., Moreira, S., Damasceno, T., Mossini, V., & Fernandes, R. (2022, June). Transexualidade e Disforia De Gênero: a relação entre terapia de reposição hormonal e aspectos psicossociais. In *Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN-2527-2500) & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar*.
- Ressel, L. B., & Gualda, D. M. R. (2003). A sexualidade como uma construção cultural: reflexões sobre preconceitos e mitos inerentes a um grupo de mulheres rurais. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 37, 82-87.
- SÁ, C. P. (1995). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.). *O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.
- SÁ, C. P. (1995). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria.
- Sá, C. P. D. (1996). Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. *Temas em Psicologia*, 4(3), 19-33.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Sales, A., de Proença Lopes, H., & Peres, W. S. (2016). Despatologizando as travestilidades e transexualidades: saúde mental e direitos. *Revista Periódicus*, 1(5), 56-72.

- Santoro, E. (2014). Estereótipos, preconceitos e políticas migratórias. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, 6(1), 15-30
- Santos, A. B. D., Shimizu, H. E., & Merchan-Hamann, E. (2014). Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19, 4545-4554.
- Santos, G. D. S. (2019). À margem do sistema: o fenômeno da transfobia a partir das trajetórias de mulheres trans e travestis.
- Santos, G. T., & de Barros Dias, J. M. (2015). Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 8(1), 173-187.
- Santos, J. L. G. D., Erdmann, A. L., Meirelles, B. H. S., Lanzoni, G. M. D. M., Cunha, V. P. D., & Ross, R. (2017). Integração entre dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 26.
- Schumann, B., & Martini, S. R. (2016). A tendencia suicida entre transexuais. *Diritto Pubblico Europeo-Rassegna online*, (2), 32-46.
- Scopel, D. T., & Gomez, M. S. (2006). O papel da escola na superação do preconceito na sociedade brasileira. *Revista Educação e tecnologia*, 2(1), 1-14.
- Sêga, R. A. (2000). O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. *Anos 90*, 8(13), 128-133.
- Silva, A. S. (2015). Normatização do gênero na construção da identidade transexual. *XI Colóquio Nacional Representações de gênero e sexualidade. Campina Grande- PB*
- Silva, F. A., & de Mello, I. S. P. B. (2017). Psicologia e a despatologização da transexualidade. *Tempus—Actas de Saúde Coletiva*, 11(1), ág-81.
- Silva, J. A. P. (2010). A teoria das representações sociais na pesquisa interdisciplinar. *Revista de Ciências Humanas*, 44(2), 536-542.

- Silva, S. G. D. (2010). Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia: ciência e profissão*, 30, 556-571.
- Silva Júnior, S. A. D. (2020). Transexualidade e o direito de (não) mudar: políticas públicas e autodeterminação dos/das transexuais em João Pessoa-PB.
- Silveira, E. M. C. (2006). De tudo fica um pouco: a construção social da identidade do transexual.
- Siqueira, G. C., Marcolino, A. M., & dos Santos, A. D. O. (2021). Mulheres transexuais e travestis negras: vulnerabilidade, preconceito e discriminação. *Debates en Sociología*, (52), 43-57.
- Soares, M., & Bruns, M. (2010). Vivências afetivo-sexuais de parceiros de transexuais. *Fazendo Gênero*, 9.
- Soliva, T. B. (2021). Stonewall, silêncios e mágoas: uma análise a partir do documentário “A morte e vida de Marsha P. Johnson”. *ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 8(18), 131-144.
- Sousa, Y. S. O., Gondim, S. M. G., Carias, I. A., Batista, J. S., & de Machado, K. C. M. (2020). O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(2), 1-19.
- Souza, H. A., & Bernardo, M. H. (2014). Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. *Bagoas-estudos gays: gêneros e sexualidades*, 8(11).
- Stona, J., & Ferrari, A. G. (2020). Transfobias psicanalíticas. *Subjetividades. Fortaleza*. Vol. 20, n. 1 (2020), e9778, 12 p.
- Stryker, S. (2021). *Historia de lo trans: las raíces de la revolución de hoy*. Continta me tienes.

- Tajfel, H., Turner, J. C. (1986). The social identity theory of inter-group behavior. In S. Worchel & L. W. Austin (Eds.), *Psychology of Intergroup Relations*. Chicago: Nelson-Hall.
- Teixeira, F. D. B. (2009). Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. *Universidade Estadual de Campinas, Campinas*.
- Tenório, L. F. P., & Prado, M. A. M. (2016). As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma. *Revista Periódicus*, 1(5), 41-55.
- Terto, A. P., & Souza, P. H. N. (2015). De Stonewall à Assembleia Geral da ONU: reconhecendo os direitos LGBT. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 3(6), 120-148.
- Tilio, R., & Calegari, G. B. (2019). Análise do Discurso da patologização da transexualidade. *Brazilian Journal of Development*, 5(3), 2292-2302.
- Torres, A. R. & Neiva, E. R. (2011). *Psicologia Social: principais temas e vertentes*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Torres, T. L. (2010). Pensamento social sobre envelhecimento, idoso e rejuvenescimento para diferentes grupos etários. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, SC, Brasil.
- Val, A. C., Melo, A. P. S., Grande-Fullana, I., & Gómez-Gil, E. (2010). Transtorno de identidade de gênero (TIG) e orientação sexual. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 32, 192-193.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise social*, 7-29.

- Vala, J. (2000). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In: Vala, J. & Monteiro, B. (org.) *Psicologia Social*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 457 –502.
- Verges, P. (1992). A evocação do dinheiro: um método para definir o núcleo central de uma representação. *Boletim de Psicologia*, 45 (405), 203-209.
- Vergueiro, Viviane. 2015. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. [Dissertação de mestrado]. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Viana, C. P., Delgado, I. M., Rosa, A., Neves, V. R., & Siqueira, L. D. E. (2022). A vivência de estudantes transgênero na universidade. *Acta Paulista de Enfermagem*, 35.
- Vitali, M. M., Castro, A., Caravaca-Morera, J., & Soratto, J. (2019). “Homem é homem e mulher é mulher, o resto, sem-vergonhice”: representações sociais da transexualidade sobre comentários da internet. *Saúde e Sociedade*, 28, 243-254.
- Wachelke, J. F. R., & Camargo, B. V. (2007). Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 41(3), 379-390.
- Weber, Max. (2002). *Conceitos Básicos de Sociologia*. Tradução de Rubens Eduardo F. Frias e Gerard Georges Delaunay. 5. ed. rev. São Paulo: Centauro.
- Zucco, J. D. A., & Ferreira, A. T. (2018). As Representações Sociais e o indivíduo como parte da sociedade. *A felicidade, o consumo e a ostentação: uma análise sobre o novo mal social contemporâneo*, 15.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL MESTRADO

Prezado participante,

O questionário que você está respondendo trata-se de um estudo que tem como pesquisador responsável o psicólogo (CRP 13/9840) e mestrando em Psicologia Social (Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba) Matheus Henrique Cardoso da Silva, sob a orientação da Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel.

Solicitamos a sua colaboração para responder este questionário sobre transexualidade, com tempo médio de resposta de 5 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Para participar, você precisa ter mais de 18 anos e ser estudante universitário.

Por ocasião da publicação dos resultados, saiba que não perguntaremos seu nome, nem perguntaremos dados que possam lhe identificar (como RG, CPF ou endereço). Dessa forma, serão mantidos o anonimato e o respeito às normas éticas vigentes estabelecidas pela Resolução nº466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que reza sobre a ética em pesquisa.

Com isso, fique à vontade para responder as perguntas da maneira mais honesta possível. Importante destacar que em todo o processo, será priorizado o bem-estar dos(as) participantes e a minimização de qualquer risco. Caso sinta-se desconfortável em algum ponto deste questionário, colocamo-nos à disposição para prestar-lhe auxílio e suporte.

Eslarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado/a/e a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela esquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. O pesquisador estará à sua disposição para qualquer elucidação que considere necessária em qualquer etapa da pesquisa.

Considerando que estou ciente dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos.

Assinatura do participante da pesquisa

Caso necessite de maiores informações, entre em contato com os pesquisadores responsáveis por este estudo:

Matheus Henrique Cardoso da Silva. Endereço: Departamento de Psicologia - CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Campus I- João Pessoa-PB, CEP: 58051-970.

E-mail: matheuscardosopsi@gmail.com; Telefone: (83) 996278820;

Silvana Carneiro Maciel. Endereço: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Coordenação de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, Cidade Universitária; E-mail: silcamaciel@ig.com.br. Telefone: (83) 3216-7337;

Ou ainda, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa de Ciências da Saúde – UFPB.

Endereço do CEP – CCS: Centro de Ciências da Saúde - 1º andar / Campus I / Universidade

Federal da Paraíba; Cidade Universitária - CEP: 58.051-900 - João Pessoa-PB. Telefone: (83)
3216-7791; e-mail: eticaccsufpb@hotmail.com.

Atenciosamente,

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE B – Questionário Sociodemográfico

1. Em que cidade você reside?
2. Em que estado você reside?
3. Idade:
4. Qual a sua orientação sexual?
 - ☐ Heterossexual
 - ☐ Homossexual
 - ☐ Bissexual
 - ☐ Assexual
 - ☐ Panssexual
 - ☐ outro _____
5. Qual identidade de gênero você se identifica?
 - ☐ Mulher cis (que se identifica com o gênero atribuído no nascimento)
 - ☐ Homem cis (que se identifica com o gênero atribuído no nascimento)
 - ☐ Homem trans (não se identifica com o gênero atribuído no nascimento)
 - ☐ Mulher trans (não se identifica com o gênero atribuído no nascimento)
 - ☐ Pessoa Não-Binária (não se identifica como pertencente a um gênero exclusivamente)
 - ☐ outro _____
6. Estado Civil:
 - ☐ Solteiro(a)
 - ☐ Casado(a)/União Estável
 - ☐ Separado(a)/divorciado(a)
 - ☐ Viúvo(a)
7. Curso:
8. Instituição de Ensino:
9. A instituição que você estuda é:
 - ☐ Pública
 - ☐ Privada
10. Qual período você está cursando atualmente?
 - ☐ Entre o 1º e 3º Período
 - ☐ Entre o 4º e o 6º Período
 - ☐ Entre o 7º e 10º Período

11. Qual a sua renda aproximada?

- ☐ Menos de um salário mínimo (1.039)
- ☐ Um salário mínimo (1.039)
- ☐ Até dois salários mínimos (2.078)
- ☐ Até três salários mínimos (3.117)
- ☐ Até quatro salários mínimos (4.156)
- ☐ Acima de quatro salários mínimos

APÊNDICE C – Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP)

Transexualidade

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

APÊNDICE D – Questões Fechadas e Abertas

1. Na sua opinião, existe preconceito relacionado à transexualidade?

☐ Sim ☐ Não

2. No seu ponto de vista, a transexualidade:

☐ Está relacionada a um transtorno ou distúrbio psicológico.

☐ Não está relacionada a um transtorno ou distúrbio psicológico.

3. Especifique sua resposta:

ANEXOS

ANEXO A

ESCALA DE PRECONCEITO CONTRA A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

INSTRUÇÕES: Marque como você responderia às seguintes afirmativas utilizando a escala de cinco fatores descrita abaixo. Por favor, responda CUIDADOSAMENTE e HONESTAMENTE a cada pergunta. É importante indicar como você se sente AGORA e não como você pode ter-se sentido no PASSADO. Algumas das situações podem ser estranhas para você, mas tente pensar sobre situações semelhantes que você possa ter vivenciado. Responda a cada item e não se preocupe com suas respostas anteriores. Não há respostas certas ou erradas.

1	2	3	4	5
Discorda totalmente	Discorda um pouco	Nem concorda, nem discorda	Concorda um pouco	Concorda totalmente

Os homens que se comportam como mulheres deveriam se envergonhar	1	2	3	4	5
As crianças deveriam brincar com brinquedos apropriados para seu próprio sexo	1	2	3	4	5
As mulheres que se veem como homens são anormais	1	2	3	4	5
As meninas masculinas deveriam receber tratamento	1	2	3	4	5
Os homens afeminados não me deixam à vontade	1	2	3	4	5
Eu iria a um bar frequentado por travestis	1	2	3	4	5
As mulheres masculinas não me deixam à vontade.	1	2	3	4	5
Travestis me dão nojo	1	2	3	4	5
Eu não consigo entender por que uma mulher se comportaria feito um homem	1	2	3	4	5
Homens e mulheres deveriam ser proibidos de mudar de sexo	1	2	3	4	5

ANEXO B

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Representações Sociais Sobre a Transexualidade Para Universitários: da patologização à diversidade sexual

Pesquisador: MATHEUS HENRIQUE CARDOSO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 51542521.5.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.002.737

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB cujo pesquisador pretende conhecer e analisar as representações sociais sobre a transexualidade elaboradas por estudantes universitários.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Diante do exposto, considerando a relevância de investigar os temas gênero e sexualidade, em especial a transexualidade, este trabalho tem como objetivo conhecer e analisar as representações sociais sobre a transexualidade elaboradas por estudantes universitários.

Objetivo Secundário:

Caracterizar o perfil sociodemográfico dos participantes do estudo a fim de apreender o grupo social do qual emergem as representações sociais de interesse para este estudo; Conhecer a estrutura da representação social sobre a transexualidade; Identificar os processos sociocognitivos, ancoragem e objetivação, que constituem essa representação; Investigar evidências de preconceito no conteúdo das representações; Verificar níveis de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero entre os participantes; Comparar as representações sociais dos participantes a partir dos níveis de preconceito.

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 5.002.737

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Esta pesquisa pode representar pequenos riscos como algum constrangimento ou desconforto emocional diante de alguma questão, ou cansaço físico diante da extensão dos instrumentos. Diante disso, a qualquer momento que o participante queira desistir de sua participação, poderá fazê-lo sem nenhum ônus e terá o apoio dos pesquisadores até que informe que se sente em condições adequadas.

Benefícios:

Sobre os benefícios, esta pesquisa pretende contribuir para uma melhor compreensão, e consequente intervenção, no que diz respeito ao tema da transexualidade, no que diz respeito ao preconceito e violência sofridos por essa população. De todo modo, importante destacar que em todo o processo, será priorizado o bem-estar dos participantes e a minimização de qualquer risco.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter descritivo. Utilizar-se-á método de abordagem mista, incorporando as abordagens qualitativa e quantitativa dos dados. Participarão desse estudo 200 estudantes universitários, maiores de 18 anos de idade, de instituições de ensino superior públicas e privadas de todo o Brasil.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória atendem aos requisitos formais do CEP.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sou de parecer FAVORÁVEL a execução desse projeto de pesquisa, salvo melhor juízo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.002.737

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1817241.pdf	31/08/2021 17:22:51		Aceito
Outros	EscalaPASGDR.pdf	31/08/2021 17:17:22	MATHEUS HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	31/08/2021 17:16:49	MATHEUS HENRIQUE CARDOSO DA SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	31/08/2021 17:16:21	MATHEUS HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	31/08/2021 17:16:10	MATHEUS HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	31/08/2021 17:15:56	MATHEUS HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito
Outros	CertidaoAprovacaoColegiado.pdf	31/08/2021 17:15:41	MATHEUS HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	31/08/2021 16:48:23	MATHEUS HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 28 de Setembro de 2021

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br